



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 3 DE ABRIL DE 2023

Ata n.º 18

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e quatro de março e aditamento de trinta de março, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação da ata de 27-02-2023;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento da delegação de competência para assunção de compromissos plurianuais no Presidente da Câmara - relação dos compromissos plurianuais assumidos;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do procedimento "Empreitada de Substituição do Sistema AVAC do Edifício dos Paços do Concelho de Albufeira incluindo SADI e Iluminação - Repartição de encargos, no valor de 1.245.895,94€ + IVA"; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do Projeto "Keeping Water (K-Water)";-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Bairro Comercial Digital - Baixa de Albufeira" no âmbito do aviso n.º 12/C16-i02/2023 - Convite à apresentação de Propostas Finais para desenvolvimento de projetos no âmbito da medida "Bairros Comerciais Digitais"; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Bairro Comercial Digital - The Fame Street" no âmbito do aviso n.º 12/C16-i02/2023 - Convite à apresentação de Propostas Finais para desenvolvimento de projetos no âmbito da medida "Bairros Comerciais Digitais"; -----



PONTO SETE: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "TTT (The Time Travel)" no âmbito do Aviso CREA-CULT-2023-COOP do Programa Europa Criativa; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do "Concurso Público com publicação no JOUE para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI Olhos de Água, EB1 Vale Carro, EB1,2,3 Guia, JI Guia, JI Ferreiras e JI Vale Serves, até ao limite de 265.400,00€, acrescido de IVA; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 22º do decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, referente ao pedido de retificação do Reconhecimento de Interesse Público Municipal à instalação de parque fotovoltaico, no Parque Temático do Zoomarine; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no art.º 53º a 56º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e na al. ccc) do n.º 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, referente à proposta de participação do município como cooperante na Cooperativa Martrain - Cooperativa de responsabilidade Limitada (Crl); -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea n.º 2 do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à proposta de "Contratação de Empréstimo para Investimento" --

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pelo MIPA, com o assunto "Porto de Pesca de Albufeira";-----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Inês Filipa Mendes Vieira, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra. -----



Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pela membro, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Inês Filipa Mendes Vieira.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Presidente da Assembleia: "Antes de iniciarmos a sessão, gostaria de vos dar duas indicações. A primeira indicação é de que esta Assembleia Municipal deveria ser realizada às vinte e uma horas, porque já estamos no horário de verão, mas a pedido do Senhor Presidente da Câmara, porque tem ainda hoje que sair e pediu para que excepcionalmente fizéssemos a reunião às dezanove e trinta. As próximas reuniões serão às vinte e uma horas. A segunda questão está relacionada com a participação nas Assembleias Municipais. Como sabem aquando da pandemia era permitido e por essa razão disponibilizávamos a possibilidade de fazer as reuniões via Teams. A recomendação é que as mesmas sejam feitas presencialmente e, portanto, que as pessoas se desloquem, quer os deputados municipais, quer todos aqueles que queiram participar. São bem-vindos mas façam-no presencialmente para poderem ter as respostas no devido tempo. Relativamente ao ponto dez da ordem de trabalhos referente à Martrain, tinha sido pedido que o ponto fosse inserido na convocatória, entretanto o senhor Presidente solicitou que fosse retirado, tendo em consideração que a documentação do processo não estaria em condições e ainda não estava no momento de poder ser apresentada à Assembleia Municipal para ser deliberado o ponto, tendo isso em conta, o ponto dez será retirado da ordem de trabalhos. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Manuel Correia: "Eu inscrevi-me para abordar mais uma vez um assunto pendente. Já há um tempo na Patã de Baixo, na rua da Escola Velha, são dois assuntos, um são os esgotos pluviais que há vários anos estou na expectativa que sejam executados, que, na altura, quando foi feito aquele arruamento, foi levado o piso do antigo caminho, foi levado cerca de um metro e meio e depois fizeram ali alguns sumidouros no cruzamento da dita escola velha e encaminharam para uma caixa pluvial que depois aquilo que foi lançado para uma



extrema entre dois proprietários. Ora, aquilo tem causado alguns problemas ao longo destes últimos anos, depois constou-me, vim aqui há dois 2 anos e a senhora que estava no espaço cidadão encaminhou-me, foi até ao Pátio e falei com o engenheiro Bruno Dinis que me disse que já tinha o projeto feito, todavia, como não avançou, já vamos quase a caminho de dois anos, decidi vir até aqui. Entretanto, já tive conhecimento, parece que desta vez está quase, espero que assim seja e que seja feito aquilo, porque sempre que há grandes chuvas vão chuvas, para a extrema e para dentro do terreno, a própria rua de acesso às casas, aquilo é um autêntico rio, e isto terá que ter uma saída, normalmente quando se faz esgotos domésticos de um determinado arruamento, fazem-se em paralelo os pluviais e o normal disto. Eu falo assim, porque fiz fiscalização de infraestruturas e de edifícios durante muitos anos e sei que as coisas devem ser feitas desta maneira. Ali, a câmara, na altura optou por fazer apenas os esgotos domésticos, e agora parece que finalmente vão fazer os pluviais. Espero que sim e que a coisa se cumpra a curto prazo. Outra questão é o muro de suporte que na altura foi feito junta à casa dos meus pais, que o muro de suporte na altura foi acordado com a câmara, o meu pai cedeu algum terreno porque não havia espaço para fazer quando aquilo foi aterrado o caminho e foi feita a atual estrada, daí que esse aterro foi feito, cerca de um metro e meio de altura, foi feito na altura um muro de suporte com dois ou três pilares e em tijolo, os muros de suporte, normalmente, não devem ser feitos em tijolo, devem ser feitos de outra maneira, porque aquilo é um muro de suporte que está a segurar a estrada. Acontece que há uns anos atrás, quando passaram a conduta pública de águas fizeram praticamente a conduta ao lado do muro, depois, ainda deram mais uma ajuda no muro para que ele respondesse em relação à resistência que tem ou não tem para se aguentar com aquilo. E agora quando chove, até enviei um e-mail com fotografias das últimas chuvadas, aquilo fica lá uma poça de água que no fundo também vai contribuindo para a degradação do muro que já faz uma flecha de uns dez ou quinze centímetros. Uma vez que agora, se for feito esgotos pluviais, parece-me oportuno que o muro seja pensado também, senão mais ano, menos ano, dá uma cambalhota. Portanto, a razão da vinda aqui é exatamente estes dois assuntos, o muro de suporte e esperar que os esgotos pluviais sejam feitos, para que o assunto seja ultrapassado.”-----

Ricardo Neves: “Boa noite, como no mês passado o Senhor Presidente não pôde fazer as perguntas que eu tinha solicitado, em virtude de a mesa ter decidido por vinte e cinco pessoas, três pessoas da mesa decidiram que as perguntas que não estão no Regimento



não podiam ser feitas diretamente aos senhores Deputados Municipais, eu hoje vou dirigir as perguntas ao senhor Presidente da Câmara. A primeira pergunta efetuada no mês passado, porque é que a vaga que o Doutor Cristiano Cabrita na qualidade de Chefe de Departamento, quando exerceu na câmara até à data de hoje, não foi ocupada? A segunda pergunta é saber porque é que ainda até à data de hoje, não foi feita uma auditoria às associações que recebem apoios municipais, em virtude depois daquilo que a deputada Luna Silva há um ano atrás levantou referente à Associação de Angola e que ficou aqui provado que a associação recebeu os mesmos valores todos os anos e declarava inclusivamente as mesmas compras todos os anos. Eu vou ser mais claro, a associação AHSA deve ser das primeiras a ser vistoriada, porque é inadmissível que dois dirigentes do PSD de Albufeira, que são os senhores que são donos dessa instituição, continuem a fazer o que querem nesta cidade e o Senhor Presidente continua passar cheques para apoios a esta mesma instituição. Há perguntas que eu vou passar, porque houve deputados municipais que me contactaram e quiseram saber quais eram as perguntas diretas, por isso, essas vou passar à frente. Senhor Presidente, esta deveria ser diretamente para a senhora vereadora Cláudia Guedelha, mas como ela não pode responder, o Presidente de certeza que poderá fazê-lo. Existe uma munícipe que adquiriu uma casa em mil novecentos e oitenta e cinco, no bairro dos Pescadores na rua Gil Eanes. E eu quero saber se a câmara vai emitir uma declaração de desinteresse desse espaço, que foi construído com os dinheiros públicos. Em causa está uma casa atribuída também a um dirigente, na altura do PSD. Por fim, hoje mandei uma mensagem ao Senhor Presidente da Câmara, a fazer uma denúncia clara referente a uma situação em que um chefe de departamento simplesmente obtém informações internas da Câmara e passa para um advogado conhecido para que os processos andem mais rápidos. Acho que está na altura de haver uma auditoria aos seus departamentos desta câmara, porque é inadmissível que uma queixa feita no gabinete do munícipe chegue à pessoa em causa antes de ser feito um levantamento por parte da câmara ao problema, porque esse problema foi encostado para o lado, foi confirmado pelo doutor Paulo Pereira, pessoalmente a semana passada, o meu processo de uma queixa contra um condomínio aqui de Albufeira, tenha sido posto em suspenso e hoje tenho a certeza, foi dentro da câmara e uma senhora que é responsável, que é amiga íntima de um advogado, então fazem isto, a dobradinha toda aqui feito. O senhor Presidente tem os nomes, se quiser dizer que o diga. Muito obrigado." -----



Presidente da Assembleia: "Só para lhe dar a indicação, como tinha dito da última vez, as pessoas não estão proibidas de responder, quem representa a Câmara é o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Câmara dará a palavra, se assim entender, aos senhores vereadores e às pessoas que estão aqui para eventualmente responder até por matérias que, eventualmente, o Senhor Presidente possa não ter conhecimento absoluto sobre as mesmas."-----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, temos aqui dois munícipes que levantaram aqui algumas questões, vou responder algumas, outras já está tomada a devida nota para ser analisado. Relativamente ao senhor Manuel Correia, referenciou dois aspetos, águas pluviais e o muro de suporte. Como sabe, aquela estrada já está feita há algum tempo, na altura, a câmara entendeu fazer só as águas para consumo humano, água potável, e não fez as águas pluviais. Sim, podia ter sido feito tudo simultaneamente, porque evitava-se dois problemas, resolvia-se numa mesma situação dois problemas e isso não aconteceu. Vamos agora, já está uma verba cabimentada, vamos lançar concurso, ainda vai demorar, depende dos prazos e depende dos concorrentes. Deve saber que os concursos não decorrem sempre como nós somos pensamos. Mas isso está em andamento, relativamente ao muro de suporte, tendo visto a sua comunicação para aqui, vai lá amanhã um engenheiro ver situação, agora vamos ver o que é que se concluí dali. Aliás, tenho aqui as fotografias que disse que mandou, realmente o muro não está com muito bom aspeto, vamos ver. Senhor Ricardo Neves, acrescenta quatro questões, uma delas relativamente ao senhor Vice-Presidente Cristiano Cabrita, ele não era diretor de departamento, tinha outro cargo e, no entanto, o provimento dessas pessoas é feito quando se entender que deverão ser feitos, não é necessariamente obrigatório que seja feito logo de imediato, não há prazo para que isso aconteça, portanto, não está ainda provido o lugar que ele desempenhava na altura, mas certamente dentro de algum tempo irá acontecer. Relativamente às duas associações, a Associação dos amigos de Angola e a AHSA, tudo aquilo que foi dito, com certeza que é assumida a responsabilidade por aquilo que disse sobre aqui algumas questões, nomeadamente da AHSA e da AANGA, evidentemente tudo aquilo que é a atribuição de apoios, quer financeiros, quer logísticos, que vale o mesmo que o apoio financeiro, porque se passarmos aquilo a dinheiro também representa dinheiro, é horas extraordinárias, empréstimo de equipamentos, empréstimo de uma sala, por exemplo, tudo isso representa algum dinheiro, há coisas que representam mais dinheiro, há outras que apresentam menos dinheiro. Evidentemente que



a documentação dessas mesmas associações tem que ser vista na altura que é concedido o apoio, mas de qualquer das maneiras, essas duas referências a par de outras, claro, vou mandar verificar isso. Relativamente à casa do Bairro dos Pescadores, não sei a que se refere, mas vou ver essa situação, acho que já foram vendidas algumas, portanto. Falou num chefe de departamento que enviava comunicações antecipadas, não sei qual é o chefe de departamento, vou ver o que é que se passa, mas acho que deve haver aqui algum equívoco, provavelmente, não sei. O doutor Paulo Pereira, não é doutor Paulo Pereira, é engenheiro Paulo Pereira, isso é uma questão de pormenor também não é muito importante para aqui para o caso, mas vou verificar o que é há por aí. Evidentemente que há de haver muita coisa, com certeza que não se sabe, mas pronto, vamos ver.” -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia solicitou o envio por email para todos os deputados municipais do documento recebido da Secretaria de Estado do Ambiente, referente à central de dessalinização.-----

Presidente da Assembleia: “Quero só deixar uma nota relativamente à próxima Assembleia Municipal de maio. Esta de final de abril ainda vai ser feita aqui, mas a de maio poderá ser feita numa junta de freguesia. Eu estou a falar com os senhores presidentes de junta no sentido de vermos qual a primeira junta em que iremos fazer. Tradicionalmente levamos a cabo assembleias municipais pelo concelho fora, e veremos qual a que estará em melhores condições para nos receber.” -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

André Lima: “Em primeiro lugar, queria enaltecer o projeto “Brincar Seguro, correndo riscos “da divisão da educação, é uma excelente ideia, com uma dinâmica muito bem conseguida, no fim de semana anterior, estive presente em mais uma edição na pista de atletismo das Fontinhas. E voltei a gostar muito da experiência, dezenas de famílias, com as suas as crianças, brincadeira livre. Acho que são atividades muito bonitas e muito importantes para a população, por isso, quero aqui deixar elogio aos técnicos pela organização e enaltecer a vontade política para deixar este tipo de atividades acontecer. Num ranking de opções para se utilizar o dinheiro dos nossos impostos, eu coloco este



tipo de atividades lá muito próximo do topo. Suponho que esta organização tenha um orçamento bastante reduzido pelo formato que apresenta, o que também demonstra que é possível fazer bem e acrescentar valor sem serem necessários investimentos colossais, parabéns por isso. Segundo ponto, na última Assembleia Municipal, coloquei a questão ao Presidente da digitalização do acesso aos espaços culturais do concelho, perguntei quando é que vamos poder comprar ou reservar bilhetes numa plataforma própria ou mesmo numa daquelas que já existem online e que estão disponíveis, em vez de apenas o podermos fazer durante o horário laboral, presencialmente, o que dificulta muito o acesso às pessoas que trabalham durante o dia. Isto que vou acrescentar agora não abordei na última assembleia, mas vou acrescentar, porque estamos a falar basicamente de boas práticas, que são fáceis de implementar e que podem facilmente ser copiadas de outros concelhos, como por exemplo, Loulé aqui mesmo ao lado. No caso de Albufeira, eu fui verificar hoje, não há no dia de hoje no site do município um separador, um link que nos dê acesso ou que nos direcione para o auditório ou para os eventos programados. Na última Assembleia Municipal, recordando, o Senhor Presidente respondeu-me que tinha tido uma conversa nesse sentido de digitalização de bilheteira online, com alguém responsável e que estava a ser tratado, mas que não podia adiantar prazos para ser uma realidade. Foi o que tivemos aqui. Eu antes de vir para cá, pesquisa hoje na Internet e verifiquei que no site da FNAC, Bilheteira da FNAC estão à venda bilhetes para dois espetáculos no auditório, incluindo um para o dia vinte e cinco de abril pelo Vitorino, que acredito que seja bastante interessante, curiosamente ou não, estes espetáculos são organizados por entidades exteriores ao município, pelo menos é o que indica lá. Então esta é a experiência que eu tenho com auditório, se for um espetáculo organizado por uma empresa de eventos, há bilhetes online, se for organizado pela câmara, é tipo uma mercearia, quase uma folhinha A3, com quadradinhos, para os funcionários irem fazendo cruzinhas nas cadeiras, quase a fazer lembrar o cinema Alfa dos anos noventa, onde íamos ao cinema. Em comparação, outra vez dando o exemplo aqui do lado, no Cineteatro Louletano, os funcionários estão numa receção condigna, com sistema informatizado e quando entrei ofereceram uma agenda recheada de eventos com um desenho apelativo e onde constam até Qr codes para as redes sociais do município e incluí uma prática que vista aqui em Albufeira parece-me uma coisa muito vanguardista, que é um cartão de amigo do Cineteatro com vantagens, com benefícios para os munícipes ou para os utentes. Estas práticas existem no âmbito da política



cultural do município de Loulé, comparativamente, por exemplo, no fim de semana passado, depois de vir das Fontainhas, no âmbito do Dia Mundial do Teatro, tivemos aqui no auditório um espetáculo para as nossas crianças e para as suas famílias, e muito bem, o Aladino. Para conseguir bilhetes para esse espetáculo, as pessoas nas quais eu me incluo, tiveram de estar à porta do auditório uma hora e meia antes do início do espetáculo, para uma distribuição tipo senhas de comida, estava uma funcionária com um maço de bilhetes com elástico à volta. Não me parece que faça sentido, por acaso eu moro pertinho, fui buscar os bilhetes voltei para casa, fui almoçar e voltei para o espetáculo. E as pessoas que vivem nas outras freguesias? Se morarem em Paderne ou no Páteo, por exemplo? Vem uma hora e tal antes sem garantia de terem os bilhetes e depois ficam ali à espera? Até podem dizer, podem ver a praia. E podem, é bonito e acho que devemos sempre, mas a questão é, é essa a nossa política cultural? Esta é a pergunta retórica, não precisa responder, a pergunta a sério vem a seguir. Curiosamente, nesta Assembleia Municipal, daqui a mais um bocadinho, vem dois pontos relativos a projetos para bairros comerciais digitais, ou seja, o executivo considera importante a digitalização das atividades económicas do concelho. Eu concordo, como todos devemos concordar. Realço que o Presidente tem a responsabilidade direta de um pelouro que tem como designação cultura, turismo e atividades económicas. Verdade, a cultura e o turismo e as atividades económicas estão todas debaixo do mesmo guarda-sol, tendo em conta estas informações, coloco a seguinte questão, sobra algum dinheiro destes pontos, cinco e seis para a digitalização e democratização do acesso aos eventos culturais do concelho organizados pelo município? Obrigado."-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, munícipes presentes e em casa, a primeira intervenção tem a ver com um pedido de esclarecimento à mesa, porque fiquei sem entender se aquilo que é a missiva que nos chegou da Secretaria de Estado veio no sentido de esclarecer aquilo que esta Assembleia pediu no formato de pedido de informação sobre a dessalinização, há cerca de um mês e meio, nós formulávamos uma série de questões objetivas, tendo por base aquilo que é a hipotética vinda dessa dessalinizadora para o concelho. Eu, entretanto, tive conhecimento que já há um processo de expropriação em curso e, portanto, parece-me que esta Assembleia já deveria ter uma resposta objetiva àquilo que foi o nosso pedido de esclarecimento, nosso pedido de informação e nesse sentido, solicitava ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que interviesse perante o Governo, de forma a que essa resposta nos fosse



dada de forma célere. O segundo ponto tem a ver com aquilo que é o reforço de segurança no nosso concelho, sabendo de antemão que o senhor Presidente da Câmara tem desenvolvido démarche neste sentido, no contacto com aquilo que é o Governo e daquilo que é o Ministério da Administração Interna, eu entendo que esta Assembleia deveria tomar uma posição também sobre esse assunto, porque acho que a posição do senhor Presidente da Câmara saía reforçada, se todos os deputados municipais, todas as forças vivas aqui representadas e os partidos políticos e os movimentos independentes e os seus deputados independentes também tomassem uma posição sobre isso. É uma matéria que, naturalmente, requer da nossa parte uma alta preocupação, tendo em atenção aquilo que é o verão que se avizinha e, pelo que tudo indica, os dados que nos chegam das associações de turismo, será um verão com uma ocupação turística elevadíssima. E Albufeira não pode, de maneira nenhuma ter reforço policial como teve o ano transato, dois meses. Para os senhores que lá estão em cima é simples, porque só vêm Algarve em agosto, mas por nós que cá estamos o ano todo é premente que Albufeira tenha um reforço policial efetivo no mínimo a partir de abril. Portanto, eu deixava aqui esse apelo, no sentido que esta Assembleia tomasse uma posição sobre este assunto e reforçasse aquilo que é as démarches que o senhor Presidente da Câmara tem tomado no que diz respeito a esta matéria. Obrigado."-----

Carla Vieira: "Muito boa noite a todos, o Albufeira Prometida hoje tem um pedido, da minha parte, muito concreto, portanto, voltamos aqui a questionar se o repetido atraso de quase de um ano no envio do regulamento das instalações desportivas do município se deve a má vontade, ou ao simples facto de o mesmo não existir? Pois tal como nós suspeitávamos e que os senhores sempre negaram, tivemos conhecimento de que já foi divulgado um projeto de regulamento e, questiono efetivamente o Senhor Presidente, se até ao momento esta cedência das instalações desportivas municipais têm sido com base num critério sem critério, efetivamente ou se nos dão aqui alguma razão? Obrigado." -----

Luís Afonso: "Quero cumprimentar o senhor Presidente da Mesa e restante mesa, senhor Presidente da Câmara e restante vereação, os deputados municipais eleitos, presidentes de junta, os técnicos da Câmara Municipal, o público que nos assista aqui e em casa. Em termos do problema da água ou falta de água que, neste momento ainda não existe, mas pode vir a ser um problema sério, daí que se pense em centrais de dessalinização e etc, aquilo que eu queria perguntar, para compreender como é que



funciona, em termos de água que nós usamos na nossa casa, como é que ela nos chega a casa? Temos reservas de água, não temos? Portanto, para compreender a água, existe uma conduta que atravessa o nosso concelho, essa conduta é fornecida de que sítio? É só uma barragem, são várias barragens? Se houver uma falha numa ou se a conduta tiver uma quebra por um motivo qualquer, conseguimos alimentar da outra? A água que entra na nossas casas vem diretamente dessa conduta ou é armazenada em depósitos, do género daquele que vemos quando vamos para Paderne, em depósito enorme, é só esse? Existem mais, eu sei que antigamente existiam mais, portanto, provavelmente estão em funcionamento, se existir uma quebra no fornecimento através dessa conduta, temos água para um dia? uma semana? Procurar perceber isso e procurar também perceber, fala-se muito em todos os municípios das quebras de água, a medição da água é feita à entrada quando vem dessa conduta para o nosso município? Talvez seja, e depois é só feito à entrada da casa de cada um ou existe vários ramais onde é feita a medição intermédia, para se perceber em qual dos ramais e que se perdeu a água? A água que é gasta pelo município em regas de árvores e de relvas é monitorizada de que forma? Consegue-se contabilizar isso bem, ou isso entra tudo na conta das águas perdidas?" ---

Silvia Dias: "Boa noite, em primeiro lugar lá em casa não nos estão a ver, algum problema técnico? Boa noite, senhor Presidente da Câmara, senhor Presidente da Assembleia, senhores Deputados, Presidentes de Junta, senhores Vereadores e munícipes aqui presente. Em primeiro lugar, gostaria de dar os parabéns à Associação dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, pelo aniversário e pelo evento que promoveram e deram oportunidade à nossa população conhecer através do simulacro e das viaturas que têm. Também queria dar os parabéns a um atleta da freguesia da Guia, Ricardo Teodósio, por levar o nome do concelho de Albufeira, lés-a-lés, por ser campeão regional do Rali, é um bem-haja estas duas iniciativas. Outra coisa que não é tão agradável, a presidente das mulheres socialistas do Algarve no dia catorze de fevereiro enviou um email à Câmara Municipal de Albufeira a solicitar a disponibilidade de um espaço, dando logo sugestão de dois espaços, ou Salão Nobre ou a sala da Biblioteca Municipal, com o objetivo de realizar a palestra no âmbito do trabalho digno, dia vinte e dois de março, a partir das vinte e duas horas. Passou-se os dias e não obtivemos qualquer informação, mas acabamos por ter resposta do email, dia dois de março pelas doze horas e trinta e três minutos, era pedida a sala dia dois de março. Realmente tivemos a resposta dia dois, mas as doze e trinta e três, quando recebo ata da câmara da reunião de câmara, dia sete de



março, verifico que há um despacho retificativo onde foi deliberado por todos os presentes, e eu questiono será que os vereadores presentes nessa reunião de câmara foram informados que as mulheres socialistas só pediram uma sala, dando sugestão, e que obtiveram resposta com meia dúzia de horas para realizar este evento/palestra no âmbito do trabalho digno. Questiono, alguma entidade ou órgão consegue organizar uma palestra com meia dúzia de horas? Gostaria de saber e saber se os vereadores presentes que votaram da forma como votaram, se foram esclarecidos? Obrigada." -----

Inês Vieira: "Boa noite a todos os presentes e os que nos acompanham via Youtube. Solicito esclarecimentos sobre dois pontos recorrentes que preocupa todos os munícipes e, naturalmente, o Albufeira Prometida, primeiro tem a ver com as obras de repavimentação de várias estradas no concelho de Albufeira, que estão a decorrer de forma simultânea. São notórios os defeitos nas empreitadas, pois trata-se de remendos de troços que mais parecem uma manta de retalhos, abatimentos constantes no pavimento e que há relativamente pouco tempo foram objeto de reparação. Falamos, por exemplo, da estrada de Santa Eulália, da Baleia, da Falésia, portanto, perguntamos, não existem garantias de boa execução? Essas garantias não foram ou vão ser acionadas? A segunda questão prende-se com a prestação de serviços da recolha lixo e higiene urbana no concelho, que continua muito deficiente e não servir as necessidades dos munícipes. É necessário mais investimento em equipamentos, nomeadamente a limpeza e a substituição de contentores. Recordamos que estamos ainda na época baixa e se a situação já está com estas lacunas, como será na época alta que este ano se prevê que bate recordes? Que atenção está o executivo a dar a quem cá habita e que imagem a quem nos visita? Solicitamos que nos elucide o que pensa fazer com esta realidade? Obrigado." -----

Domingos Coelho: "Boa noite a toda a Assembleia, todos os presentes, boa noite a quem nos acompanha lá em casa, gostava de colocar duas questões. Uma tem a ver com o PDM, há volta de seis meses, foi aqui criado uma comissão de acompanhamento do PDM. Na altura, o Senhor Presidente disse que, dentro de pouco tempo, essa comissão seria informada de toda a documentação e iria realizar-se atividades à volta do PDM, no sentido de até ao final do ano, todo o procedimento e todo um calendário fosse cumprido. Até agora, não houve qualquer desenvolvimento, a questão é se está previsto dentro de pouco tempo esse desenvolvimento? Outra questão tem a ver com o Dia Mundial da Água, portanto, tanto quanto me apercebi a câmara não desenvolveu atividades significativas



à volta deste evento e penso que é uma data que deveria ser bem comemorada, e com ações em concreto, lembraria que a seca não passou, só aqui alguns números, em março, o Algarve tinha menos sete por cento de reserva de água do que tinham passado e o ano passado e menos vinte e sete do ano anterior, ou seja, em dois anos, perdemos um terço das reservas, a própria a câmara tem, digamos que nos seus resultados ao nível de água, algum défice? Por exemplo, está acima da média da perda de águas? A água não faturada, calcula-se que em três milhões de metros cúbicos, o que dará um milhão e meio de euros? A pergunta concreta é, e tendo em conta que esperava medidas para tomar neste sentido, que medidas é que foram tomadas e se é possível quantificar o resultado em metros cúbicos dessas medidas no sentido da poupança de água? Obrigado.” -----

Luna Silva: “Senhor Presidente da Câmara, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Vereadores, senhores presidentes das juntas de freguesia, funcionários da Câmara e munícipes do concelho de Albufeira a todos vós, uma boa noite. Antes de passar à leitura da minha intervenção na qualidade de deputada e sendo o assunto meramente informativo e questionável dele, não tenho qualquer conhecimento das pessoas em causa, pelo que, desde já me abstenho de qualquer responsabilidade. Solicito ainda ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal permissão para entregar à Mesa e assim ao senhor Presidente da Câmara, uma fotografia para melhor entendimento sobre o assunto que irei expor. No domingo, dezanove de março de dois mil e vinte e três, pelo período da tarde, foi contactada por um munícipe que, desde já agradeço, que me informou que estava a decorrer uma construção em frente ao parque de campismo em Albufeira, mais concretamente na zona onde se encontram os campos de padel, e se eu tinha disponibilidade para ir ver o feito. Fui até ao local a fim de tentar perceber que construção se tratava e porque é que a mesma estava a decorrer em pleno dia de domingo, num dia que, face à lei, não são permitidas construções nem obras. Quando cheguei ao local, o que pude visualizar foi que estavam a ser colocadas três estruturas amovíveis, efeito pavilhão por cima de três campos de padel, com uma altura, eu diria aproximadamente de nove metros de altura e vinte metros de largura, uma construção alta e extensa, completamente desfasada da arquitetura vigente no local, sem qualquer aviso ou informação do que estava a ser implantado ou do que se trataria. Vi ainda duas carrinhas sem qualquer identificação, menção de nome de empresa ou trabalhos, não obstante ter conhecimento que se trata de uma construção mesmo a considerar amovível em propriedade privada, não posso deixar de vir a esta Assembleia



Municipal, porquanto fui contactada por transeuntes que me indagaram sobre as referidas construções, correndo inclusive o risco de abrir um precedente em futuras construções, sejam elas amovíveis ou não, sejam elas e que feitas em domínio de propriedade privada, bem como a dimensão. Por tal, pergunto ao senhor Presidente se tinha conhecimento desta obra, e agora que tem, uma vez que acabei de expor, que medidas tomará a Câmara Municipal, uma vez que estamos perante uma construção que presumo seja requisito de emissão de licença. Obrigada." -----

Adriano Ferrão: "Boa noite, senhor Presidente, restante mesa, senhores de deputados aqui presentes e também o público em casa, eu queria aqui dar os parabéns à Câmara por algo que passa um pouco ao lado das pessoas que por aqui circulam, que é o seguinte, tem sido feito um conjunto de ações por parte da câmara nas escolas de formação dos funcionários, ou seja, do corpo não docente sobre a desfibrilhação, por isso, uma ação com desfibrilhadores, isso tem sido levado a cabo, não só a formação, como se tem feito alguns simulacros nesse sentido e ainda há pouco estive com o engenheiro Celso, num deles e tudo correu muito bem, tendo tido aquela ação oitenta e dois por cento de êxito, o que mostra que é uma mais-valia também para as escolas e para toda a população que está nas escolas e que são alguns milhares neste concelho. Por outro lado, estes simulacros, lembram-me também que há um mês e pouco tivemos aquele sismo na Turquia, nós estamos no Algarve numa zona também propensa a sismos, já aqui tivemos muitíssimo grande, não é? Há dois séculos e meio, assim eu diria que talvez Albufeira, penso que deve ter um plano de emergência global, porque se der um sismo e nós fazemos às vezes simulacros nas escolas, mas se houver um sismo, ele não se dá numa escola só, vai se dar em várias escolas ao mesmo tempo e terão, enfim, as forças que estão, adjacentes à proteção civil, como os bombeiros voluntários, como poderão eles acorrer a tantas escolas e demais edifícios, não é? Será uma situação a pensar, porque também eles têm as suas capacidades operacionais limitadas pelo próprio número de recursos que têm e seria talvez também de se criar aqui alguma ação de informação à população no sentido de esta adaptar os procedimentos mais recomendáveis em situações destas, penso eu que seria talvez uma mais-valia que se poderia levar a efeito. Muito obrigado." -----

Carlos Quintino: "Parabenizar os Bombeiros Voluntários de Albufeira que comemorar o seu quadragésimo sexto aniversário. Parabenizar a instituição, os operacionais, todas as famílias que ali estão e fazer votos que continuem a ter o bom, eu diria mesmo, o excelente desempenho que têm tido ao longo deste número de anos ao serviço da nossa



população. De seguida, voltar àquele tema que me trouxe aqui inicialmente, agradecer ao Senhor Presidente a prontidão de me ter dado conhecimento da resposta do Governo, em relação àquilo que é o pedido desta Assembleia, que chegou a trinta de março, é muito recente, e que, de certa forma das duas uma ou a Secretaria de Estado em questão não tem conhecimento de todo o procedimento, ou há aqui uma dissintonia do Governo, o que já não seria a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez e, portanto, o que eu apelava ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal é que, efetivamente reafirmasse o nosso pedido de informação, porque esta resposta é uma resposta redonda e que não responde a nada que esta Assembleia perguntou, e mais a se confirmar aquilo que é, e isso pode ser confirmado por edital, porque há um edital nesse sentido do início do processo de expropriação esta resposta está completamente, nomeadamente o seu último parágrafo, despropositada, eu chamar-lhe-ia assim despropositada, porque, a partir do momento que nos é informado que a localização depende de um estudo ambiental e que há uma comissão que vai estudar a localização e que nós, e que eu tenho conhecimento daquilo que é o início de um processo de expropriação, ela é absolutamente despropositada e, portanto, reitero aqui o meu pedido inicial no sentido que não nos façam daquilo que nós não somos, nós somos pessoas interessadas, ativas e temos, naturalmente, o direito de saber a informação na sua plenitude e isso não está a ser feito nesta resposta e, portanto, eu agradecia que o Senhor Presidente da Assembleia, tomasse medidas no sentido de que houvesse uma resposta efetiva ao pedido feito por esta Assembleia ponto por ponto, e que se lhes dissesse em resposta a este ofício que tivemos efetivamente conhecimento, isso é fácil de se comprovar de que há um início de processo de expropriação, para ver qual será a resposta do outro lado. Muito obrigado." -----

Presidente da Assembleia: "Tomarei em devida conta e, naturalmente, exercerei aqui as minhas influências no sentido de trazer a informação, porque a todos interessa e, de facto, é um processo complexo e, portanto, interessa ser definido e decidido em conformidade." -----

Raul Ferreira: "Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, Deputados e demais presentes. Senhor Presidente, eu venho aqui novamente falar de uma situação que coloquei há três meses atrás e que tem a ver com o seguinte, tem diretamente a ver com a dificuldade relativa à habitação no concelho. E a questão foi colocada na altura que tinha a ver e com as áreas de cedência dos loteamentos em que são entregues ao município e que poderia,



eventualmente, fazer-se um aproveitamento dessas áreas para efetuar-se alterações aos loteamentos e aproveitar essas áreas para construção, nomeadamente casas para professores e enfermeiros, pessoal médico, enfim, uma panóplia de pessoas que necessitam de habitação e que têm dificuldade em adquirir habitação a custos acessíveis no concelho. Na altura, o Senhor Presidente não estava cá, estava a substituí-lo o senhor Vice-Presidente e disse-me que existiam levantamento desses lotes e que facilmente poderia fazer chegar essa informação de forma a podermos trabalhar nesse assunto. Eu penso que é um tema pertinente nos tempos que correm e certamente que será uma hipótese de arranjar algumas áreas para construção de habitação, uma vez que nós sabemos, a lei trinta e um de dois mil e catorze, é uma lei castradora, que não permite aos municípios desafetar áreas, nomeadamente da RAN e da REN para a habitação e este aproveitamento, até porque os lotes de cedência são a título gratuito para o município, penso que seria vantajoso para todos nós pensarmos, se calhar, em dar andamento a projetos de alteração aos loteamentos e construir nessas áreas. Outra questão que eu tinha a colocar é relativamente ao PRR, gostava de saber quais são os projetos que se encontram abrangidos por este plano e o estado de execução dos mesmos. Outra questão rápida que eu também gostava de colocar aqui, saber em que ponto está, relativamente ao código de conduta que tanto se falou que ia ser elaborado e estamos a chegar ao verão, altura mais quente e que é necessário, de alguma forma, esfriar as atividades menos corretas dos nossos visitantes, portanto, gostava de saber em que estado é que se encontra o código de conduta. Já que estamos a falar de códigos, passo para o código relativamente ao exercício da atividade Tuk-tuk, Senhor Presidente, há seis meses atrás, disse que esse documento estaria em elaboração. Gostava de saber qual é o estado atual do mesmo, queria aproveitar ainda para dar os parabéns aos Bombeiros Voluntários de Albufeira, quer pelo evento que fizeram, quer pela sua atividade que vêm desenvolvendo ao longo destes anos todos a bem servir a população de Albufeira e que continuem assim. Muito obrigado." -----

André Lima: "É só para reforçar que a primeira parte como não foi transmitida online no YouTube, eu acho que a gravação está feita para ficar registado, acho que faz todo o sentido depois ser colocado online, todo o segmento que não passou em direto, acho que é importante." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao André Lima, a sua preocupação em que não estava a ser gravado, não tem resposta é só uma informação e relativamente à primeira



intervenção da sua parte, a questão dos bilhetes está a ser tratada e é completamente diferente daquele espetáculo que falou que comprou bilhetes na FNAC, porque temos essa modalidade no Regulamento auditório, precisamente e em vários acontece a mesma situação que é a bilheteira ser da responsabilidade do próprio promotor, portanto, há muitas situações dessas. São empresas que vendem esses mesmos bilhetes. Relativamente à questão do site da Câmara copiar com Loulé, é feio, não se deve copiar, pelo menos como ex aluno deve ter entendido isso, portanto, deve adaptar-se ou não, mas nós estamos a tratar da alteração do site e dentro de pouco tempo, vai ser apresentada essa mesma situação de site alterado e com separadores no sentido de ser fácil acesso a outras questões relacionadas com a Câmara Municipal e outros serviços. Relativamente à política de cultura, de um concelho qualquer ou de uma região qualquer, não passa apenas pela forma ou não, ou por um modelo de venda de bilhetes, ou a disponibilização de bilhetes, não tem nada a ver com isso, obviamente isso é muito curto, portanto, e eu convido-o a consultar a agenda cultural do concelho de Albufeira, que certamente não está a ser consultada. Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado Carlos Quintino, a questão do reforço da segurança, tem sido várias vezes abordado, inclusivamente o ano passado, numa reunião que tive com o senhor secretário de Estado, da parte da Guarda Nacional Republicana, há aqui outro aspeto que também tem a ver com segurança, que é precisamente aquilo que se fala muito, que é a questão do INEM, questão de emergência que também tive uma reunião o ano passado com o ex Secretário de Estado da Saúde, aí teve alguma consequência, foi atribuída à Cruz Vermelha uma ambulância nova, a partir do momento em que falei com o Secretário de Estado e falei com o Presidente do INEM também e foi atribuído uma outra ambulância à Cruz Vermelha a meio tempo, que é parte da noite que é quando acontece mais situações. Já foram levantadas por mim estas questões, tanto a questão da segurança via Guarda Nacional Republicana para a segurança de pessoas e bens, quer a questão da emergência médica com INEM, foram duas das questões, para além de outras, nomeadamente a questão do alojamento local, a questão da habitação para os trabalhadores, enfim, foram várias questões levantadas por mim, na minha intervenção, quando o Governo esteve em peso aqui no Algarve, quando houve o Conselho de Ministros, quando houve o Governo mais próximo, que é o lema da ação do Governo, devia reunir nos vários distritos. Pronto, estes problemas todos, inclusivamente a estrada da entrada em albufeira, ligação A 22 à Cocheira. Já tenho uma confirmação de uma reunião com o



Secretário de Estado das Infraestruturas para dia dezassete, precisamente para falar nesse aspeto e tenho pedido uma reunião com o Secretário de Estado da Saúde novamente, embora tenha falado neste assunto, e não seria nada negativo, antes pelo contrário, seria positiva haver realmente uma moção da Assembleia, dava um pouco mais força a isto e acho que era importante pensarmos nisso. O verão vem aí, prevê-se grande fluxo de pessoas e quando há um fluxo muito grande de pessoas, naturalmente, os problemas também sobem quase exponencialmente. É bom que tenhamos alguma prevenção nesse aspeto. O Conselho de Segurança já vai ser marcada a data para reunir dentro de pouco tempo, dentro do deste mês ainda, penso eu. Relativamente à Carla Vieira, a questão do regulamento das instalações desportivas, pois há um problema que está a ser tratado, portanto, quando tiver, com certeza, que esse regulamento, terá que vir também à Assembleia Municipal, terá que estar em discussão pública e tem que seguir todos os trâmites legais normais dos regulamentos que pretendem ter eficácia para o para o exterior. O deputado Luís Afonso falou na questão da água. A questão de água, portanto, existia antigamente dois sistemas de água, sistema de barlavento e sistema de sotavento, e neste momento só há um sistema, está tudo interligado, portanto, as questões mais problemáticas são aquelas da barragem da Bravura, que para barlavento choveu um bocado menos do que para Sotavento. Sotavento existe Odeleite e Beliche e Barlavento existe Odelouca, que é a última que foi construída que é, penso eu que, tem mais capacidade, acho eu. Existe da Bravura, do Funcho, no concelho de Silves e que estes reservatórios que estão por aqui no concelho, nomeadamente esse que afirmou, recebe água das Águas do Algarve e depois dali vem para depósitos, depois vai para casa das pessoas, portanto, há um sistema que estava, está devidamente ordenado em termos de acesso. Evidentemente que se houvesse uma questão de falta imediata de água, não temos reserva para muito tempo, evidentemente que não, estamos agora a fazer algum investimento também no sentido das perdas de água, isto também responde um pouco ao Domingos Coelho, no sentido das perdas de água, que Albufeira não é dos concelhos piores, mas também não é dos melhores. Tem que necessariamente haver algum investimento e algum trabalho nesse campo. A água, parte dela, é contabilizada, embora não seja faturada, nomeadamente os clubes e associações, parte dos jardins, portanto, isto está tudo com contadores, se não todos, a maioria tem, só que conta para efeitos de, digamos, estatísticas de consumo ou de gasto de água, mas não para faturação. Em relação à Silvia Dias, tudo o que vai a reunião de câmara há uma proposta assinada por



alguém do executivo que faz essa proposta, tem os considerandos, tem aquilo que se propõe e parte-se sempre do pressuposto que todos os membros do executivo lêem as propostas e considerandos e se tiverem dúvidas, levantam-se dúvidas, questiona-se algumas questões que são esclarecidas ou não, mas pronto, mas à partida foram. Vou analisar essa questão das horas, e depois digo alguma coisa. A senhora deputada Inês Vieira falou na questão das obras repavimentadas, os abatimentos, depende do tipo de abatimentos que são, se forem abatimentos feitos ou originados numa obra nova, esses abatimentos estão incluídos no período de garantia da obra, terá que ser a empresa a fazer. Ninguém está livre que haja abatimentos no subsolo, não se conhece, não é feito uma análise profunda ao subsolo em cada obra que se faz, é quase impossível, portanto, a estrada que falou tem muitos abatimentos, aliás, sempre teve e a estrada que também está com abatimento numa vala que estava feita, é a estrada que vai da rotunda dos golfinhos para a Marina, essa também foi intervencionada pela própria empresa e dentro do período de garantia. A questão da higiene urbana e a questão dos equipamentos novos, evidentemente que está programado e foi a concurso e foi adjudicado e foi visado pelo Tribunal de Contas o contrato, um novo contrato de concessão e esse contrato de concessão prevê precisamente tudo novo. Estamos agora em fase de escolha dos equipamentos, o que não está muito fácil, porque há poucos equipamentos, quer contentores, quer viaturas, sejam elas de recolha ou de varredura. Está difícil ter esta situação da entrega. Quando for possível, o mais depressa, com certeza, nós temos toda a necessidade de resolver esse problema o mais cedo possível para dar outro aspeto, até a questão de os contentores que vão ser completamente diferentes, inclusivamente, vai haver aquilo que se chama recolha bilateral, portanto, em que uma pessoa na cabine faz o trabalho todo, não é preciso haver pessoas fora da viatura. Depois temos outra questão aqui na limpeza e higiene urbana, que há certo tipo de resíduos que são recolhidos, cuja responsabilidade é da Algar. Há duas entidades que realmente não presta um serviço muito bom e que as pessoas muitas vezes pensam que é a Câmara Municipal, mas não é. A câmara Municipal faz imensos contactos, imensas intervenções e até emails e ofícios, não só para a Algar, porque a Algar tem a obrigação e a competência para recolher tudo o que é seletivo, portanto, vidro, papel e embalagens e há uma outra empresa que também já temos visto alguns problemas, que neste momento está a atravessar uma fase difícil de corresponder àquilo que é necessário, apesar das várias démarches que se fazem, inclusivamente a nível da AMAL, que é a E-Redes que também tem um processo



extremamente complicado. A E-Redes é uma empresa que, há dois ou três anos tive a intenção de fazer reverter a concessão da manutenção e a câmara ficava, portanto, encontrava-se um valor, claro que não é fácil, eles entendem que não devia ser assim, porque por exemplo para mudar uma lâmpada fundida é preciso se contactar a E-Redes, e têm de passar ao seu subempreiteiro e o subempreiteiro só vem quando pode. Para fazer uma ampliação de uma rede de iluminação pública, então ainda mais difícil se torna. Nós temos de fazer o projeto, mandamos para lá, eles fazem o orçamento, não temos que consultar, duas nem três, nem quatro entidades, nada disso consultamos só a E-Redes é que nos fornece o orçamento e nós aceitamos ou não, se aceitarmos comunicamos que aceitamos, e eles a partir desse têm um período de tempo, que ao que me dizem, está extremamente atrasado, quase um ano de atraso sobre pequenas obras e quando digo um ano de atraso, não é ao nível de Albufeira é ao nível do Algarve todo. São duas empresas, a Algar e a E-Redes que têm tido um trabalho muito deficiente e muitas vezes injustamente, claro que as pessoas não são obrigados a saber tudo, injustamente atribuem essa responsabilidade ao município, que é o que está mais próximo. O Domingos falou na questão do PDM, tive há dias uma conversa com a entidade privada que está a elaborar o PDM, penso que dentro de poucos dias haverá alguma novidade sobre isso e haverá então essa apresentação, essa comissão para ver se começamos a trabalhar nesse campo. Sobre o Dia Mundial da Água, fica esse estado de espírito, digamos assim. A questão das estruturas que a deputada Luna Silva aqui apresentou, a fotografia, evidentemente que as eu vi, passei lá várias vezes, portanto, isso está a ser analisado, são estruturas amovíveis, está a ser refletido para ver se carece de licenciamento. À partida, sim, isto não se pode considerar uma construção, acho que é uma implantação de uma estrutura amovível, mas se tiver que ser retirada, também é retirada. Está aqui o diretor de departamento do Urbanismo, portanto, saberá com certeza o que fazer a partir deste momento, ou que já está a ser feito. O deputado Carlos Quintino, sobre a dessanilização, para que o Secretário de Estado responda de uma forma mais clara e completa sobre estas questões levantadas, evidentemente que é uma preocupação, a questão da expropriação do terreno, para fazer o edifício é porque o estudo de impacte ambiental deu ali um percurso, estão a fazer sondagens ou vão fazer, dentro de pouco tempo, não sei se estão a fazer já, mas penso que essa resposta é, independente de uma coisa da outra. O deputado Raul Ferreira, a questão dos loteamentos, áreas de cedência para construção de habitação é possível, que no alvará de loteamento dizendo que aquele



espaço cedido à câmara é para construções, porque a grande maioria, o que é cedido à Câmara numa urbanização ou loteamento são áreas para passeios e arruamentos e áreas para espaços verdes, outros são espaços para equipamentos. Todas essas situações têm de ser objeto de uma alteração do alvará de loteamento. Independentemente da utilização que se dá a uma habitação, terá de ser sempre digna, obviamente, independentemente da classe profissional da pessoa que se pretende que vá. Já disse várias vezes que acho que o Governo devia ter tomado algumas medidas sobre a habitação. Falei nisso na reunião com o Governo, e já falei com o Secretário de estado do Turismo, e na AMAL, no sentido de que, no período pelo menos cinco anos, de uma forma transitória, permitir que os municípios, num espaço de enquadramento rural ou reserva agrícola que pudesse ser, tudo conjugado com o Ministério da Agricultura, com o Ministério do Ambiente, pôr-se a hipótese de colocar casas pré-fabricadas, evidentemente, que tinha de ser terrenos próximos da rede viária, de fornecimento de água e fornecimento de saneamento e iluminação. Isso passa ao lado, inclusivamente uma das medidas no pacote mais habitação, poderia ser facilitadora e muito benéfica para os municípios e para os munícipes, era aquilo que se chegou a falar nos jornais, mas que depois não foi nada aprovado, não foi nada discutido em Conselho de Ministros, penso eu, que é a questão do licenciamento através das comunicações prévias, com termos de responsabilidade dos técnicos. Isso agilizaria completamente a questão do urbanismo, seria muito mais fácil construir, evidentemente, que Albufeira não tendo grandes espaços de construção e aqueles que há, são extremamente caros, o que não daria para adquirir para depois fazer casas para rendas acessíveis, era um contrassenso estar a comprar ouro e vender terra. Vai ser um verão, em termos de gente, muito forte, mas vai ter esses problemas da mão de obra, por um lado, a mão de obra por si, mas também mão de obra porque há poucas habitações para o pessoal. Evidentemente que as empresas antigas, as grandes empresas, todas elas tinham bairros para os seus trabalhadores, nomeadamente a EDP, a CP, a Cuf, a Corticeira Amorim ainda tem um bairro entre Algoz e Silves, a própria Faceal tinha lá o bairro para os seus trabalhadores, e dentro de pouco tempo acho que os empreendedores da atividade turística dos hotéis e da restauração, têm também de começar a pensar nisso. Quando fazem um equipamento hoteleiro também têm que fazer habitações para os seus trabalhadores. Só que isso não se faz de um dia para amanhã e aquilo que os empresários discutiram o ano passado por esta altura, discutiram também este ano e provavelmente vão discutir



para o próximo ano. Evidentemente que com a questão do PDM, que vão ter que ser criadas bolsas de construção para construção acessível, mas, para isso tem que haver terrenos que dê para isso, a Câmara tem que ser proprietária de terrenos para isso. O mercado que era importante também referir e também despoletar, era a questão das cooperativas de habitação que penso que já passou um bocado a moda, antigamente havia muita, lembro-me disso, até havia na altura uma cooperativa de habitação para professores, havia várias cooperativas, de qualquer maneira tem que haver terreno para ceder à cooperativa para poder construir a preços mais acessíveis, porque é mais quantidade, é efeito escala, não é propriamente para criar lucro para ninguém e com certeza que as rendas ou as vendas daqueles daquelas habitações seriam mais acessíveis. Vamos ver o que é que o futuro nos reserva. A questão do PRR, Albufeira já teve uma inauguração que o Governo fez questão de estarem em peso, pelo menos duas Ministras e uma Secretária de Estado, foi inauguração da creche da Guia, a primeira cresce a nível nacional, segundo a senhora Ministra do Trabalho e da Segurança Social disse, a doutora Ana Mendes Godinho, que foi a primeira creche do país a ser financiada pelo PRR e acabada. Depois há outros equipamentos, é a questão do Centro de Saúde, a questão da reformulação do outro centro de saúde também e a questão da parte das escolas referenciadas e mapeadas, nomeadamente a Escola Secundária das Ferreiras e a Escola Francisco Cabrita, pelo menos essas estão. Todas os outros equipamentos escolares e de educação e ensino de sejam necessários terá que ser feito por capitais próprios ou então esperando que o vinte trinta apareça por aí com algumas verbas para este efeito, que não sei se virá. Fala-se já na prorrogação do prazo para a execução das obras financiadas pelo PRR, não sei se isso vai acontecer. O código de conduta está a ser trabalhado, mas não vai estar ainda este ano em vigor, portanto, porque é um documento que tem de ir à Câmara, tem de ir para discussão pública, tem de vir à Assembleia, portanto, ainda demora algum tempo. As atividades Tuck-Tuck o regulamento está feito a ver se para a próxima semana iria a reunião de Câmara."-----

André Lima: "Só para dizer ao professor Rolo que, teve piada com a situação da cópia, um sinal mais para si na caderneta, Senhor Professor, mas sim as boas práticas copiam-se, por definição, é isso que se faz com as boas práticas, não preciso inventar, basta vermos como fazem os melhores e tentar fazer parecido, pelo menos." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia o Presidente da Assembleia deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação da ata de 27-02-2023; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Leonardo Paço-----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Carlos Quintino e Dário Pereira. -----

Votos a favor: dezanove (19) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Raul Ferreira, Margarida Guilherme e Inês Vieira, pelo que não votaram. -----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, tenho de votar contra porque não consegui ver na ata escrito o que foi dito aqui pelo deputado, que tinha quarenta e cinco segundos para falar e que, com esse tempo não conseguia falar, e então tenho de votar contra por esse motivo. Pois, a mim só me é concedido um minuto e o nosso colega com quarenta e cinco segundos não conseguiu falar, a mim, querem que eu com um minuto fale, é a democracia desta sala." -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento da delegação de competência para assunção de compromissos plurianuais no Presidente da Câmara - relação dos compromissos plurianuais assumidos;-
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

André Lima: "Em primeiro lugar em relação a este documento, gostaria de notar que a grelha com os compromissos plurianuais está de lado, estive de estar a verificar aquilo assim, acho que é possível fazer-se melhor do que isso, enviar os PDF em formato pesquisável e na direção certa, em vez de fotocópias digitalizadas para que possamos



fazer o nosso trabalho sem ficar com torcicolo. Na última Assembleia Municipal, questionei o senhor Presidente acerca do valor de um milhão de euros que fui somando para os eventos de Natal e de fim-de-ano, e perguntei se aquele valor seria o total ou se haveria mais alguma coisa a acrescentar àquele total. A resposta foi que, julgava que estariam ali os valores todos, que seria o tal milhão arredondado. A primeira questão que eu tenho a colocar é, neste documento lateral, aparecem ali, cento e cinquenta mil euros relativos a esses eventos, esses cento e cinquenta mil euros estão incluídos no milhão ou são para além do milhão? Ou são para adicionar? Depois, mais importante, independentemente deste valor ser a acrescentar ou não, verifico que lá tem uma rubrica de aproximadamente quarenta e cinco mil euros para catering do evento Carp Nox, quarenta e cinco mil euros, para catering, isto é relativo a quê? Foi para quantas pessoas? Quantas refeições? Quantos dias? Parecem-me muitos croquetes, só para tentar fazer aqui umas contas. No ponto oito, que vamos discutir daqui a pouco, vejo um valor anual de cento e trinta e cinco mil euros para refeições, para as cantinas escolares, que abrangerá aproximadamente um universo de três mil alunos, isto para um ano inteiro, cento e trinta e cinco mil euros, ou seja, três vezes o valor do catering para um evento. Só para colocar as coisas em perspetiva e tentar perceber, como falei há bocadinho dos investimentos colossais, perceber como é que estão estas opções. Obrigado." -----

Presidente da Câmara: "Fica registada a questão das grelhas em PDF, para ser mais fácil leitura. A questão do catering comparado com as cantinas escolares, com certeza que o que lá está não vai chegar para o ano todo das cantinas escolares, mas isso de certeza absoluta e garantidamente não vai acabar a comida nas escolas, isso garantidamente que não acaba. Já passámos aqui várias crises em poucos anos e isso nunca aconteceu, nem nunca houve atrasos nos pagamentos, nunca houve esse problema. Portanto, o catering dos quarenta e cinco mil euros relativamente ao Carpe Nox, evidentemente teve a ver com as equipas que montam o palco, desmontam o palco, enfim, todas essas pessoas que trabalham à volta do evento, que está inserido na obrigatoriedade que a câmara tem de pagar, assim como, quando há transmissões televisivas de um programa, que normalmente se realiza os fins de semana, pelo país fora e que promove os vários concelhos, esses programas normalmente não têm verbas a pagar, cachês de prestação de serviços, mas tem apenas a estadia e a alimentação das pessoas da produção do programa. É uma questão de se mandar ver e depois dar aqui algum esclarecimento sobre este caso."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do procedimento "Empreitada de Substituição do Sistema AVAC do Edifício dos Paços do Concelho de Albufeira incluindo SADI e Iluminação - Repartição de encargos, no valor de 1.245.895,94€ + IVA"; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Tanto quanto julgo saber, esta empresa parece que passa por algumas dificuldades e a questão que se coloca, é se é verdade ou não? E se é, se há condições para o procedimento continuar." -----

Inês Vieira: "Recordo a intervenção de um membro da Albufeira Prometida, no ponto oito da sessão de Assembleia Municipal, de quinze de novembro de dois mil e vinte e um, sobre o assunto, o qual manifestamos a nossa preocupação sobre as carências ao nível da manutenção dos equipamentos e à data existia a possibilidade de o município se candidatar através do PRR para o efeito, o qual foi respondido pelo Senhor Presidente que a candidatura foi feita. Assim e não obstante, verificamos que, na sequência da deliberação que aprovou o concurso público para execução da empreitada de substituição do sistema AVAC, do edifício dos Paços do Concelho de Albufeira, incluindo SADI e eliminação pelo valor de um milhão duzentos e quarenta e oito mil quatrocentos e oitenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos, mais IVA. É-nos agora proposta a repartição de encargos com valor inferior, um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e noventa e cinco euros e noventa e quatro cêntimos em cerca de dois mil e quinhentos euros. Pelo que questionamos se se trata de um lapso de escrita ou se foi efetivamente pelo valor constante no documento em análise e, por outro lado, se o município se candidatou ou não?" -----

Luna Silva: "Sobre o ponto a deliberar, antes de prosseguir com a minha intervenção, pergunto ao senhor Presidente da Câmara, se este mesmo concurso que também foi ponto da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de quinze de novembro de dois mil e



vinte e um foi executado, ou seja, se o concurso foi efetivamente consumado ou se ficou deserto e daí o motivo de nova deliberação?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão do AVAC, o valor a esse, só mandando verificar se há algum lapso de escrita relativamente ao valor que estava no anterior procedimento e agora. E a questão da candidatura também vou mandar verificar isso. A questão colocada pela senhora deputada Luna Silva, evidentemente que isto é único, não há aqui dois procedimentos diferentes, e o outro não foi feito, porque não houve na altura, provavelmente, cabimento e há agora, e a repartição de encargos teve de vir novamente. O que se está aqui a analisar apenas e só a repartição de encargos por dois ou três anos. É porque há um novo tempo e tem que haver nova repartição de encargos."

Domingos Coelho: "Senhor Presidente, desculpe a insistência, mas não me respondeu, à questão se a empresa regista dificuldades ou não."-----

Presidente da Câmara: "Não respondi, mas tenho aqui referenciado para saber, se realmente regista dificuldades, não pode ser rescindido o contrato só por haver uma suspeição, ou uns palpites que registem dificuldades, documentalmente tem que ser provada, obviamente, porque senão temos uma ação em tribunal para depois poder ser detetada essa possibilidade ou não. Mas está registado para tentar saber o que é que se passa com isso, que eu tenha conhecimento, não." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, com devido respeito, fiquei confusa, o concurso do ano dois mil e vinte e um ficou deserto ou não?"-----

Presidente da Câmara: "Pelo que sei não ficou deserto, isto é, só uma repartição de encargos mais nada, portanto, a empresa salvo erro, é a mesma, só que há outros tempos, portanto, o procedimento não ficou deserto, é aquilo que conheço, é um novo tempo e por isso tem que haver nova deliberação em Assembleia. Porque os anos económicos são diferentes do que estavam no anterior. Há procedimentos que podem ser de dois mil euros e podem ter de vir à Assembleia Municipal e há outros com dois milhões podem não ter necessidade de vir. Se dos dois mil euros, forem para ser pagos mil euros em dezembro e mil euros em janeiro do ano a seguir, já tem que vir, só por isso. Daí haver esta lei dos compromissos, número um do artigo sexto, tem esta particularidade, que é a autorização prévia." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Luna Silva e André Lima.-----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do Projeto "Keeping Water (K-Water)"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, na passada Assembleia Municipal de catorze de novembro de dois mil e vinte e dois foi deliberado e aprovado por unanimidade a candidatura do projeto Keeping Water, hoje, dia três de abril de dois mil e vinte e três delibera-se a repartição de encargos, reprogramação de rubricas orçamentais, previsão de dotação de dez mil euros em investimentos, cinco mil euros em prestação de serviços e dez mil em recursos humanos, uma vez que a candidatura terá um montante de três milhões e setecentos e cinquenta mil euros, acrescido de IVA para vinte e quatro meses, ano dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro e o financiamento de oitenta por cento das despesas consideradas elegíveis, sendo o montante comparticipação nacional de vinte por cento, ou seja, de setecentos e cinquenta mil euros, o partido Chega pretende saber se há data a Câmara Municipal já recebeu alguma quantia da comparticipação em questão, ou se não, se já despendeu alguma quantia neste investimento?" -----

Presidente da Câmara: "Esta candidatura não passou na primeira vez que foi candidatado e agora vai ser novamente candidatada e é por isso mesmo que está aqui essa nova repartição em consequência da nova candidatura." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Bairro Comercial Digital - Baixa de Albufeira" no âmbito do aviso n.º 12/C16-i02/2023 - Convite à apresentação de Propostas Finais para desenvolvimento de projetos no âmbito da medida "Bairros Comerciais Digitais"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura “Bairro Comercial Digital - The Fame Street” no âmbito do aviso n.º 12/C16-i02/2023 - Convite à apresentação de Propostas Finais para desenvolvimento de projetos no âmbito da medida “Bairros Comerciais Digitais”; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura “TTT (The Time Travel)” no âmbito do Aviso CREA-CULT-2023-COOP do Programa Europa Criativa; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos



Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do "Concurso Público com publicação no JOUE para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI Olhos de Água, EB1 Vale Carro, EB1,2,3 Guia, JI Guia, JI Ferreiras e JI Vale Serves, até ao limite de 265.400,00€, acrescido de IVA; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Silvia Dias: "A bancada do Partido Socialista claro que concorda com este concurso público, referindo aqui uma situação, eu pessoalmente, como mãe e não há muito tempo foi a uma reunião de pais, da Associação de Pais de uma das escolas contempladas e os pais queixaram-se que muitas crianças não comiam. Sabemos que eles são um bocadinho esquisitos, sabemos que tanto a nossa nutricionista da autarquia, como as cozinheiras, fazem o seu trabalho e muito bem, mas não tendo matéria-prima de qualidade, não conseguem fazer milagres. Sugeríamos que esta autarquia exigisse um pouco mais à empresa para que as refeições fossem de qualidade, visto que muitas destas crianças a refeição completa que tem é na escola, e era benéfico para todos e para a autarquia não estragar comida e os meninos comerem." -----

Presidente da Câmara: "O exigir às empresas, que normalmente concorrem para este tipo de prestação de serviços, normalmente isso acontece, acontece sempre, cada vez que há uma referência que algo vai mal em determinada escola, portanto, sendo às vezes empresa a mesma. Cada escola é diferente, porque são pessoas diferentes que fazem, evidentemente, mas isso também acontece à mesma num restaurante explorado por um privado é precisamente a mesma coisa. Também nós gostamos mais da forma de confeção, e os sabores feitos no restaurante do mesmo prato, do que em um outro restaurante, porque as pessoas que confessam são diferentes, evidentemente que isto é quase impossível fazer tudo igual. Mas, de qualquer das maneiras, isso é sempre exigido, quando alguma coisa está mal, que haja uma referência aos nossos serviços



da educação e, nomeadamente à doutora Ana Patrício que é a nutricionista, que vai imediatamente indagar e ver o que é que se passa e que tenta resolver o problema para que não se repita. Acontece uma vez ou outra em algumas escolas, não em todas simultaneamente, porque não é igual, porque isto podia ser também um modelo diferente, mas na altura entendi que este modelo poderia ser interessante, até tinha outra perspetiva, tinha perspetiva que os restaurantes locais pudessem concorrer para colmatar a sazonalidade. Podia ser um concurso feito ao nível de escola a escola, se o restaurante trabalha no verão com o turismo no inverno trabalhava com uma escola que concorresse. Pois, ninguém concorreu, embora às refeições seja relativamente baratas, mas dava para ocupar as pessoas a trabalhar, podiam não ter muito lucro, mas algum de certeza absoluta que tinham. Porque não pagavam renda, não pagavam eletricidade, não pagavam gás, não pagavam essas coisas. Só que as pessoas não quiseram, ainda tive aí uma perspetiva de uma pessoa que explorava o restaurante de um clube desportivo, ainda fez uma experiência, mas depois viu que era trabalho, muito trabalho, porque obviamente ali não havia férias, evidentemente que o rendimento também não dá para enriquecer, mas, enfim, o objetivo era esse. Quando criei esta situação dividida, isto também podia ser de outra forma, o modelo podia ser diferente, podia ser na empresa que fornecesse as refeições todas, e essa empresa faria a comida onde entendesse e fornecia depois há escolas todas, aí já era igual para todas. Mas fica a nota."-----

Silvia Dias: "Isto é uma crítica construtiva, eu sou do tempo ainda que na nossa autarquia, as cozinheiras eram todas da autarquia, a qualidade da comida era excelente. Ainda posso dizer que sou desse tempo, não quer dizer que tanto a nutricionista como as senhoras cozinheiras não façam o seu melhor. Fazem o seu melhor e dão o seu melhor, muitas vezes a matéria-prima é que pode não ser de grande qualidade ou ser menos quantidade. Eu não estou criticando, atenção, isto não é uma crítica de mau tom, pelo contrário, não vereadora Cláudia lamento, mas não concordo consigo. Muitas vezes, a matéria-prima e eu conheço uma cozinheira que trabalha numa das escolas, leva hortelã, a salsa para dar algum sabor. E acho benéfico isso, e sabemos que as nossas crianças nem todas, têm a mesma forma de comer, nem estão habituados a comer, sabemos disso, mas há que realçar, só fazermos, esse trabalho só nesse sentido. Muito obrigada."-----

Presidente da Câmara: "Pois, eu sou do tempo em que não havia cantina escolar, os tempos são diferentes, as situações todas elas são diferentes. Como já disse há pouco, os restaurantes privados também são completamente diferentes uns dos outros,



evidentemente que não estou à espera e temos de ser humildes nesse sentido, de assumir que às vezes pode haver um ou outro problema, como já disse, são imediatamente resolvidos. A questão dos produtos não serem bons, eu costumo dizer que o excelente cozinheiro transforma produtos de menor qualidade em pratos de média qualidade, e às vezes, o mau cozinheiro transforma produtos de excelente qualidade em pratos de inferior qualidade, portanto, é tudo um pouco relativo. O que interessa aqui é realmente estar atento e estão, os serviços estão perfeitamente atentos a esta situação e têm uma ação rápida e imediata. Evidentemente que não estou a dizer que tudo corre às mil maravilhas, e é tudo ótimo e excelente, não é, nem nunca irá ser, independentemente do modelo que se criar. O facto de não termos cozinheiras, levou a fazer aqui há uns anos, este modelo de refeições, é difícil, muitas vezes segurar cozinheiras a ganhar os valores ganham, e que não podemos pagar mais, obviamente, não é fácil, ter pessoas a trabalhar nestas circunstâncias, aliás, tudo o que é parte operacional, se falta para a iniciativa privada também faltará para a iniciativa pública, para a administração local, porque não temos meios de incentivar pessoas, dar subsídio de produtividade, dar subsídio, enfim, de dar mais meios para incentivar as pessoas a trabalhar e a concorrer. Nós vemos, até os motoristas dos autocarros é difícil, até têm um dístico na parte traseira a dizer que estão a angariar motoristas, até diz logo valor que recebem para ver se há gente para que isso aconteça. Portanto, eu penso que isso é um problema que esporadicamente pode acontecer, mas garantidamente que as coisas são vistas no imediato e com uma resolução bastante rápida e eficaz." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 22º do decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, referente ao pedido de retificação do Reconhecimento de Interesse Público Municipal à instalação de parque fotovoltaico, no Parque Temático do Zoomarine;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Este assunto já foi deliberado, foi votado favoravelmente por unanimidade, acontece que, o pedido foi feito ao abrigo de um determinado diploma legal e de uma determinada norma. Acontece que, quando o Zoomarine apresentou o pedido que foi aqui deliberado favoravelmente, foi-nos indicado pela Direção Geral da Agricultura que o mesmo não deveria ser deliberado ao abrigo desta legislação e, pelo que, foi necessário refazer novamente o pedido com base nessa nova legislação, que veio agora à Assembleia Municipal para ser deliberado em conformidade."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Inês Vieira, Carla Vieira, e Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no art.º 53º a 56º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e na al. ccc) do n.º 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, referente à proposta de participação do município como cooperante na Cooperativa Martrain - Cooperativa de responsabilidade Limitada (Crl); -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos, a pedido do Senhor Presidente da Câmara.

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea n.º 2 do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à proposta de "Contratação de Empréstimo para Investimento"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Senhor Presidente, a minha intervenção vai ser um bocadinho extensa, portanto, tenham alguma paciência, estamos dentro da hora. Em primeiro lugar temos de demonstrar o nosso desagrado, pelo envio, ainda no dia de hoje pelas catorze horas, documentação complementar que, a nosso ver, é essencial ao bom esclarecimento deste ponto. No entanto, sanada esta questão, começo por dizer que há muita coisa para fazer e por fazer neste concelho, é um facto e, por isso, Albufeira Prometida não pode deixar de manifestar a sua perplexidade perante a leviandade e o confessar de evidência que nós, desde o início do mandato, temos enunciado, sugerindo mudanças de políticas de investimento, de melhor gestão dos recursos financeiros à disposição, que sabemos serem limitados, fortes recomendações na aposta em áreas básicas como a saúde, ação social, educação, habitação e os senhores fizeram sempre ouvidos moucos. Fomos acusados e até ridicularizados pela forma mesquinha, como questionávamos os valores exacerbados, gastos por exemplo, nos eventos, descurando as necessidades básicas do nosso concelho. Temos vindo a dizer insistentemente que a situação financeira da autarquia não é saudável, aliás, quase desde o início do mandato, e por mais que nos digam o contrário e trauteiem esses cinquenta milhões no banco, eis que chegámos aqui, empréstimo de dezassete milhões seiscentos mil euros, mais nove milhões de juros em vinte anos. Alguém se sente confortável com esta situação e realidade? Certamente que não, portanto, a visão do agora é errada. Os cinquenta milhões não são para investimento, mas sim para despesa. É verdade que a inflação tornou tudo mais caro, aliás, como já prevíamos, há duas coisas a ter em conta, esta é a pior altura para fazer empréstimos e construção. É certo que o mundo não pode parar e há coisas que tem realmente que ser



feitas, não estamos contra o fazer, mas neste contexto de aperto dá-se prioridade ao que é prioritário. Sobre a construção do Lar, Apoio Domiciliário e Centro de Dia das Fontainhas e a criação de Unidades de Cuidados Continuados na Guia, nada a apontar, tirando o facto de que, há anos que são rubricas inscritas em sucessivos orçamentos, o que atesta bem a credibilidade e execução do que é inserido nesses orçamentos. Construção de fogos e habitação social, Quinta dos Barros, Caliços, também nada a apontar, habitação tem que ser uma prioridade. E a saúde, meus senhores, onde está aqui o novo ou ampliação do centro de saúde? Simplesmente não está, perguntem lá a qualquer residente, se o município tiver que se endividar, preferem um centro de saúde em condições dignas ou a rua da Oura, MFA, ou até o largo da baixa bonito? Perguntem, desafio-vos. Relembremos as promessas constantes nos programas apresentados pelas diversas forças nas eleições autárquicas, em particular do que venceu as eleições por ter sido o mais votado, que apregoou aposta em investimento nas mais diversas áreas e sem medidas que, na verdade, não passam de ilusões eleitorais, pois, na realidade não são exequíveis, porque simplesmente não há recursos financeiros para tal. Fala-se tanto de responsabilidade, pois meus senhores, responsabilidade na perspetiva do Albufeira Prometida consiste em assegurar que os nossos munícipes tenham orgulho nos serviços que lhes são prestados, que a gestão dos recursos disponíveis sejam canalizados para as necessidades básicas e os investimentos sejam realizados de forma racional e criteriosa. O empréstimo que nos é proposto para aprovação, para além de ser de um valor muito elevado, compromete e vincula por vinte anos as gerações futuras, e hipoteca o futuro nos próximos anos. Não podemos compactuar com esta visão, pois nos próximos cinco mandatos, portanto, muito além do mandato que estamos a cumprir, sem garantia de que as obras serão efetivamente realizadas, não concedemos o nosso voto favorável a este empréstimo no seu todo. Sugerimos e recomendamos que as obras a realizar sejam revistas, se encontrem forma de as executar sem recurso a empréstimo e, caso não seja possível que nos sejam propostos investimentos de valor e prazos inferiores. Muito obrigado." -----

Luna Silva: "Sobre a contratação de um empréstimo para investimento, o partido Chega já tinha apresentado o seu parecer sobre esta matéria na passada Assembleia Municipal, do dia vinte e sete de fevereiro na primeira revisão orçamental. Não se entende nem se pode aceitar que, uma câmara municipal que acabou de receber um saldo de gerência de quarenta e oito milhões, quinhentos e sete mil oitocentos e cinquenta e dois euros e



noventa e cinco cêntimos, venha agora um mês depois, solicitar um empréstimo, dezassete milhões de euros e seiscentos mil euros. Para o partido Chega esta necessidade de recorrer a um empréstimo, deve-se unicamente à má gestão feita por este executivo, como se veio a demonstrar recentemente na repartição feita do saldo de gerência nas várias rubricas do plano orçamental. Rubricas com uma habitação, estrutura, as obras tiveram o reforço pouco significativo, já pelo invés, a rubrica para espetáculos, foi das rubricas com maior dotação. Como solução, entende-se então que o melhor é recorrer a um empréstimo bancário. Este empréstimo de dezassete milhões seiscentos mil euros, estima-se que, vai ter o prazo global de vinte anos e estima-se que os valores relativos a juros passem a ascender cerca de nove ponto oito milhões de euros. Eu pergunto ao Senhor Presidente, como é que esta Câmara Municipal irá suportar o valor deste empréstimo e ainda o pagamento destes juros? Quais é que serão as estratégias desta Câmara para conseguir receita para pagar este empréstimo?" -----

Sílvia Dias: "Em primeiro lugar, quero dizer que, fique bem esclarecido, se votar contra não é pôr em causa o investimento, o investimento é sempre bom, é benéfico para qualquer concelho, mas, no entanto, no ano anterior, a Câmara Municipal de Albufeira teve uma receita boa, até uma receita superior ao esperado, com saldo de gerência favorável, tendo em conta que os juros atualmente estão muito altos, o empréstimo vai hipotecar o futuro para além deste mandato, perguntamos, Senhor Presidente, este investimento é o quê? Que garantias temos que este dinheiro vá ser indicado a estas obras? Temos de ter mesmo estas garantias. Que garantias temos que este dinheiro do empréstimo gasto não vai ser em outras rubricas? Conforme já referido pelo Senhor Presidente, em atos públicos, muitos concursos ficam desertos, estamos disponíveis para aprovar até, mas temos de estar mais esclarecidos. Queremos saber quando começa a obra, quando termina as obras, caderno de encargos, concursos abertos e adjudicados, porque não usar o saldo de gerência? Porque o dinheiro em carteira até existe, ainda não saíram, do entre tantos já vamos partir para um empréstimo? Façam uma revisão orçamental e vamos ao saldo de gerência em vez de ir logo comprar dinheiro e juros. Para além disso, não concordamos com as prioridades da estratégia definida em relação ao gasto deste empréstimo. Concordamos com criação de novas respostas como Lar, Apoio Domiciliário, Centro de Dia, nas Fontinhas, a criação da Unidade de Cuidados Continuados da Guia, mas, para além destas obras, existe outras prioridades, tais como habitação acessível a custos controlados e a saúde. Muito obrigada." -----



Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia por momentos, pareceu-me que estava noutra concelho e pareceu-me que estava noutra concelho por várias razões. É que já houve investimento antes do empréstimo. A Câmara não é um empréstimo dependente, se nós olharmos a este boletim informativo está aqui uma série de milhões de euros de investimento, na ação social, na habitação, na cultura, no desporto, nas infraestruturas e por aí fora e mais, não se esqueçam que a redução de taxas e impostos e a manutenção destas taxas e impostos nos valores mínimos resultaram em treze ponto cinco milhões de euros de falta de encaixe do município a favor de quem? Dos munícipes, das pessoas, das empresas e, portanto, pareceu-me por instantes que estava de outro município. Leviandade, senhora deputada, leviandade é não investir, leviandade é não proporcionar aos munícipes e às gerações futuras melhores condições de vida, que é isso que este executivo está a querer fazer, e obras absolutamente estruturantes, se poderá dizer, mas já deveriam ter sido feitas, com certeza, mas que estão a ser programadas e vão ser feitas com recurso a um empréstimo. Opções políticas, dir-se-ão, com certeza, as opções políticas, na opinião da bancada do PSD/CDS corretas. Opções políticas que vão ao encontro daquilo que são as necessidades das pessoas, senão vejamos, para quê que vai servir este empréstimo? Requalificação da rua do MFA e arruamentos adjacentes, um dos acessos principais ao centro da cidade, absolutamente fulcral de ser investido a toda a hora. Requalificação da Avenida Vinte e Cinco de Abril idem, idem, idem, aspas, aspas. Requalificação do Largo dos Pescadores, um dos sítios por onde passa mais pessoas, sejam residentes, sejam visitantes do nosso concelho. Requalificação do Largo Duarte Pacheco, daquilo que sei, restituindo-lhe alguma identidade, absolutamente fulcral. Requalificação do parque de estacionamento da Nora nas Ferreiras, estamos a falar de obras absolutamente estruturantes e, além disso, tendo o executivo por opção de consultar todos os bancos com presença no concelho certamente que vai poder obter daí o melhor preço do dinheiro e fará tudo para que consiga assim ter a melhor proposta e, portanto, pareceu-me que realmente estava noutra concelho ao ouvir aqui algumas declarações. Muitas das vezes, nós quando nos encontramos na oposição, é fácil vir aqui debitar uma série de opiniões para o ar, mas o que é certo é que, seria melhor o quê? Não investir? Agora, pergunto eu seria melhor ter honorado as pessoas, as empresas com três ponto cinco milhões de euros nestas taxas e não fazer estes investimentos? Tudo são opções políticas, com certeza que são, mas há umas mais corretas que outras e não me parece a mim que, tivesse sido mais correta nesse sentido e é por isso que este



executivo vêm pedir e muito bem, Senhor Presidente e muito bem executivo, a aprovação desta Assembleia para este empréstimo para investir nas pessoas e nas futuras gerações de Albufeira." -----

Raúl Ferreira: "Eu, pessoalmente, penso que estou no concelho de Albufeira, não estou enganado Senhor Deputado Quintino. Senhor Presidente, há aqui algumas questões que eu gostava de colocar antes de mais, gostava de fazer uma nota prévia, consideramos que os investimentos são necessários, há que obter meios de efetuar os investimentos, isso é certo, mas há aqui questões que eu gostava de levantar, por exemplo, temos aqui a habitação social, apenas uma verba de um milhão e quinhentos mil. Ainda há pouco falámos na questão da habitação, é um assunto que está em cima da mesa e que é patente em todo o concelho. A minha questão é, o porquê de uma verba tão pequena na habitação social? Outra questão que se coloca aqui e que foi muito falado durante a campanha, tem a ver com o Centro de Saúde, por que motivo não há aqui nenhuma verba inscrita para o Centro de Saúde, que é uma questão que é premente e tem de ser resolvida? Outra questão que eu gostava de ver esclarecida, a bancada do PS colocou a questão da garantia de efetuar-se as obras, se seriam efetuadas ou não seriam efetuadas, eu estava a olhar para o documento que foi enviado hoje à tarde, estava a ver a natureza do empréstimo, isto é uma abertura de crédito, quer dizer que o dinheiro vai sendo dado por tranches, consoante a necessidade das obras que se vão realizando? São essas questões que gostava de esclarecer. Muito obrigado."-----

Luna Silva: "Sim, estou no concelho de Albufeira, disso não tem dúvidas e sim os investimentos são necessários e precisos, de facto, mas foi provado realmente aqui que o saldo de gerência de quarenta e oito milhões de euros foi mal distribuído. Houve uma má execução orçamental, foi dada primazia à rubrica de espetáculos com quatro milhões de euros, ao invés de se ter dado a rubricas como obras e habitação e saúde. Obrigada."

Domingos Coelho: "Relativamente a este ponto, gostaria de lembrar que o saldo de gerência do ano anterior para este ano, foi de quarenta e oito milhões e nos outros anos anteriores rondou os sessenta e os setenta milhões. Que o IMT de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um foram mais dez milhões em relação aos vinte para vinte e um, totalizando vinte e três milhões de IMT. Face a esta folga orçamental, qual foi opção? As opções foram essencialmente as despesas gerais, já aqui faladas de espetáculos, etc., em prejuízo da despesa de investimento. Aliás, o próprio documento que o executivo nos remeteu e passo a citar, diz "o desinvestimento ao nível das infraestruturas cruciais do



concelho”, ou seja, assume passado de vinte anos de governação do PSD que as infraestruturas estão ultrapassadas. Opta-se agora por um empréstimo de sete milhões que acresce mais nove milhões. Um empréstimo feito nesta altura de juros altos, talvez não seja aqui pensar em períodos eleitorais. Por outro lado, também foi dito algures aquando da revisão orçamental o ano passado, que quando se tratasse de questões estruturais que o executivo reuniria com as outras forças políticas, desta vez sobre este caso, não aconteceu. Depois na distribuição das verbas deste empréstimo dos dezassete milhões, o que é que vemos? Para habitação está um virgula cinco milhões e, segundo sei, foi proposta do PS na vereação, porque, se calhar, nem esse valor aparecia como verba para investimento. Não parece qualquer verba para o Centro de Saúde. Depois remete-se que, caso haja algumas sobras que essas sobras são investidas na baixa, fala-se do Largo Duarte Pacheco, fala-se da Avenida vinte e cinco de abril, do Largo dos Pescadores, eu penso que a baixa precisa, de facto, de se pensar num todo com um concurso de ideias por arquitetos de nome, e não andar aqui a fazer remendos, parece que se houver umas sobras investe-se lá. Então eu diria, que se houvesse sobras que se invista na habitação, no mínimo, porque o que parece é que temos de chegar a um ponto que é, se não houver empréstimo não há obra que se veja. Como é que é possível depois destas folgas orçamentais? Depois de se vangloriar através de vários estudos, de que Albufeira tinha uma situação financeira bastante folgada. Eu diria quase há dois anos, à primeira oportunidade foi uma proposta de aumento de impostos, que foi oposição que travou esse aumento de impostos e agora à primeira dificuldade, é um empréstimo, numa altura em que os juros estão altíssimos. De dezassete milhões vamos pagar mais nove. Mas qual é a solução? Como é que se faz o Lar? Como é que se faz o estabelecimento de Cuidados Continuados? É o empréstimo?”-----

Carla Vieira: “Efetivamente estou pasma, é natural que também tenham ficado pasmos com a nossa intervenção. No entanto, eu penso que a nossa função e missão aqui, membros da Assembleia, é fiscalizar, recomendar e dar a nossa posição perante aquilo que nos é apresentado e querer, naturalmente, o melhor para o nosso concelho e para Albufeira. As visões, naturalmente, cada força política, e de cada um de nós em particular é diferente, naturalmente que é diferente. Todos vivemos em Albufeira, no concelho, ou andamos todos distraídos? Ou uns passam por umas vias que outros não passam. O concelho também não é assim tão grande, porque efetivamente até reconhecemos algum investimento. Contudo, é um investimento muito parco e que se tem



retraído ao longo dos anos, perante as necessidades prementes que são necessárias ao bom viver de todos nós. De tudo o que foi elencado e o que está elencado como prioridades no documento, pergunto onde está o investimento na saúde? Onde está a habitação a custos controlados? Digam por favor, porque realmente, se calhar, eu é que devo andar distraída. Muito obrigado." -----

Carlos Quintino: "Foram aqui evocados os vinte anos de gestão autárquica do PSD. Esses vinte anos foram os anos que mais se fez obra no concelho a todos os níveis e contra factos não há argumentos. Mas também nesses vinte anos, aqui vieram a esta casa vários pedidos de empréstimo, não foram tantos quanto isso, mas vieram, não se descobriu agora os ovos, não há aqui nada do que aquilo que já não se tenha passado, eu conheci alguém, um grande empresário português que dizia, os bancos servem para se pedir emprestado, só se consegue pedir emprestado se depois se tem capacidade de pagar, que é o caso do município, tem capacidade de endividamento e, portanto, consegue pedir empréstimo, certamente como umas boas taxas de juro, porque os bancos vão-se debater, vão-se digladiar para conseguir vencer este concurso público. A questão dos nove milhões não é líquida, porque como todos sabemos, não é obrigatório o município ficar até ao fim do empréstimo, pode o pagar antecipadamente. E há de haver condições para não ter efetivamente que pagar esses nove milhões de juros, se assim tiver condições, claro, se assim tiver condições, que fazemos jus que isso aconteça e, portanto, eu parece-me que estamos aqui a debater assuntos importantes, mas de certa forma precipitada, porque há aqui uma certeza, parece-me a mim que todos nós concordamos, temos que estar do lado daquilo que é o investimento do nosso concelho, e isto é efetivamente uma opção política, fazê-lo desta maneira, podia haver outras, mas esta é opção política deste executivo, é a opção política que eu defendo e que a bancada do PSD/CDS defende e que eu estou certo que é aquilo que a maioria da população defende." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, fiquei um bocado estupefacto é verdade, com as palavras amáveis do Senhor Deputado Carlos Quintino. Relativamente à primeira intervenção, que falou numa revista que trazia aqui, fiquei curioso com uma série de coisas, que eu gostava de ver quais eram as obras da minha freguesia, que eu não tenho visto nenhuma e agora fazia um desafio, nos últimos três anos, quais foram as obras que foram lá feitas? Não venham falar em ramais de água ou aquelas coisas pequeninas. E depois fiquei mesmo a pensar que estava noutra concelho,



querem ver que a freguesia de Ferreira's teve algum investimento e eu não vi? Fique um bocado estupefacto sobre isso, mas ainda mais engraçado é o seguinte, as obras que falam sempre em Ferreira's, é sempre à volta de um círculo, e até já houve dois projetos, em que as pessoas votavam, os orçamentos participativos e é engraçado que um deles até bastante antigo e quando se faz um orçamento participativo pressupõe-se ou supõe-se que já deverão ter verbas para executar esse orçamento, portanto, os orçamentos não são executados e agora ainda se vê uma coisa mais engraçada, que estamos a pedir um empréstimo para um desses orçamentos, uma requalificação do Parque de Nora. Não estou contra os investimentos, simplesmente volto a dizer que fiquei muito curioso, por aquilo que o senhor Carlos Quintino trouxe aqui no início, porque acho engraçado, falou várias coisas do desporto, cultura e é verdade, a câmara tem investido nisso, e ninguém coloca em causa, simplesmente gostava de saber, quais as obras que foram feitas nos últimos três anos em Ferreira's, digam-me uma, que eu posso ter ficado um bocado esquecido. Obrigado." -----

Inês Mendonça: "Olá, muito boa noite a todos. Eu penso que aqui é importante começar por distinguir duas coisas neste ponto, por um lado, é um empréstimo e no qual podemos avaliar a necessidade e os benefícios empréstimo e, por outro lado, o investimento. Como aqui já foi dito por vários deputados de partidos diferentes, os investimentos, de facto, são vistos como algo que é necessário e que beneficia de uma forma geral, toda a população, mas, em primeiro lugar, podem-se definir melhor essas prioridades e no meu entendimento, estes investimentos que estão previstos pecam no campo que é essencial nos dias de hoje, que é premente, que é o campo da habitação tão falado, mas que, pelos vistos, não é só um problema do partido socialista, porque também este executivo do PSD tem pecado na ausência de soluções para criar habitação a custos controlados e que sirvam, de facto, as necessidades da população. Depois deixo aqui algumas perguntas relativamente a este empréstimo e aos investimentos previstos e que foram motivo para a contratação deste empréstimo. Se essas obras que estão previstas, sejam as primeiras, as preferenciais ou aquelas que estão vistas como obras suplentes, não foram executadas e isso pode acontecer por diversas razões, nomeadamente por o concurso público acabar deserto e não são poucas as vezes em que isso acontece. A minha pergunta é onde será gasto esse dinheiro? Ficará ao critério do executivo o uso desse dinheiro? É a minha primeira pergunta. A segunda pergunta tem a ver com o que foi aqui referenciado, que uma das necessidades de recorrer a este empréstimo prende-se com



ausência de receita disponível suficiente e necessária para avançar com todos estes investimentos que recorde, são investimentos que já estiveram previstos noutros orçamentos e que não foram executados. Esta falta de receita suficiente poderá advir de como foi aqui dito, não terem aumentado os impostos, em benefício da população, e a minha pergunta é, para fazer face ao pagamento deste empréstimo e aos juros avultados que o empréstimo acarreta de quase dez milhões de euros, o executivo está em condições de garantir que não será necessário proceder ao aumento dos impostos? Muito obrigada.” -----

Adriano Ferrão: “Aqui às vezes, usam-se termos que são difíceis até de ouvir. Leviandade, ouvi aqui, leviandade vem de leve, são pessoas que tomam as medidas e decisões de ânimo leve e sem aprofundar os assuntos. Ora, o executivo e toda esta governação PSD de leviandade nada teve. É um quadro falso, que se quer dar sobre Albufeira e há aqui também um populismo até para tentar incrementar, não é? A resposta está no facto de Albufeira ser um município cada vez mais procurado, de crescimento demográfico, ao contrário de muitos outros municípios do país, da maior parte deles, e ninguém vem para um município que é governado para levianos. As escolas de Albufeira, estavam a falar da educação, tem tido o maior acompanhamento por parte da edilidade e é um exemplo aqui no Algarve as escolas, enfim, os agrupamentos e o funcionamento deles e o apetrechamento de que vão sendo alvo. Eu tenho bem noção disso, porque visito muitos, e realmente não é por aqui que esta edilidade tem o seu ponto fraco. Quanto à saúde, é preciso lembrar que a saúde, é principalmente da tutela do Estado, não é da Câmara Municipal de Albufeira e mesmo assim, tem tido na Câmara Municipal um parceiro atento que mesmo não tendo essa obrigação, fez os arranjos que já fez no Centro de Saúde, nas suas instalações e disponibilizou espaços nos momentos mais críticos, como nós todos nos lembramos da pandemia e, se calhar, já estamos a querer esquecer. Quanto ao endividamento, é uma ferramenta das câmaras municipais, aquelas que o podem fazer, para fazer investimentos necessários e sem diminuir o próprio saldo que têm, este tipo de endividamento, já foi aqui dito pelo meu colega e companheiro Carlos Quintino, já não é nem a primeira, nem a segunda, nem a terceira, já cá estou há muito tempo nesta casa, talvez já tenha ouvido isto mais de dez vezes, endividamentos que se contraem, que acabam por ser dinheiro mais barato do que se tivéssemos a gastar o nosso próprio dinheiro. Aliás, qualquer investidor sabe, no fim de contas, conseguindo juros, eu ouvi aqui juros que me parecem exorbitados, que



começaram nos nove, já vão nos dez, enfim, mas com um juro que é exequível. Utiliza-se o crédito em vez do próprio do próprio capital. Os grandes executivos das grandes empresas sabem disto mais que ninguém e a banca também, mas vieram aqui manifestar críticas que eu considero populistas, porque soam bem a quem tem poucos recursos e não conhece as lógicas do investimento destes montantes a esta escala, como aqueles que foram aqui referidos. De modo que isso cai bem, mas o concelho de Albufeira não é uma mercearia, é uma escala completamente diferente e precisa de visão e sabedoria na utilização de capitais e de investimentos. E o endividamento faz parte, é uma ferramenta a ser utilizado. Os espetáculos, senhor deputado, são investimentos num concelho que é um destino turístico balnear de excelência, os espetáculos não são vistos como uma despesa fugaz. São investimentos que alicerçam a cada vez maior procura de um concelho como Albufeira que se quer concorrente internacional no turismo europeu."---

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, eu fui ver realmente aqui o boletim municipal e encontrei aqui o novo reservatório de abastecimento de água da Mosqueira, que é um investimento de um milhão e meio de euros e que também engloba o abastecimento de água às Ferreiras e, portanto, convém esclarecer, está no boletim, um milhão e meio de euros na Mosqueira, portanto, engloba também as Ferreiras. Convém esclarecer para quem nos está a ouvir ter realmente a história toda e não ter só parte da história. Por outro lado, fala-se muito aqui em habitação e, curiosamente, ouvi falar em habitação de alguém que foi eleita por um partido que não tem nos últimos tempos em Portugal, o melhor desempenho do ponto de vista da lei da Habitação. Veja-se aquilo que estamos a passar e a contestação que estamos a passar, à nova proposta de lei de habitação. Quando se fala em habitação, tem que se olhar para aquilo que foi o investimento que foi feito pelo município sem empréstimo, é que foi feito por este executivo investimento em habitação sem empréstimo e, portanto, não se pode dizer que não houve investimento, não se pode, por outro lado, há que considerar também aquilo que são as transferências de competências que honoraram o orçamento municipal, como todos sabemos, nuns largos milhões de euros, seja a nível da educação, seja a nível da saúde e principalmente nestas duas grandes áreas, educação e saúde. Isso também é de ter em conta. Se nós somarmos aqueles treze ponto cinco milhões que eu há bocado falei, que o executivo decidiu e bem, não honrar as pessoas e as empresas, estes quatro, cinco milhões de acréscimo da transferência de competências, temos aqui um valor superior àquilo que é o valor que o município vai pedir de empréstimo, são opções políticas, são, mas faça-se também as



contas, veja-se aquilo que efetivamente o município teve de acréscimo no seu orçamento em termos das despesas com a transferência de competências, aquilo que deixou de honrar as pessoas e as empresas e pense-se de forma positiva, não se pense de forma negativa, não se fale que sai a nove, que depois é dez, vamos lá ver, sabemos bem que não é assim. Aquilo que eu acho que deve passar lá para fora e que nós devemos ter a consciência, e eu sei que isso incomoda muita gente, é que este executivo está a defender aquilo que as pessoas querem, que é investimento no município de Albufeira.”

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira: “Eu penso que até o reservatório da Mosqueira, acho que até está cá o presidente da obra inicial de reservatório. E eu disse obras, não disse remodelações. Está bem que é uma remodelação, que é um investimento grande, mas é assim, eu sou nascido e criado ali, portanto eu sei quando é que aquilo foi feito e já havia um até mais pequeno que aquele, antes de ser feito o grande. Estamos a falar de obras que é para abastecer Albufeira, aquela água não sei se recua para trás, se for só para andar para a frente nem para Albufeira, mas se voltar para trás chega às Fontainhas.” -----

Silvia Dias: “Houve investimento em habitação? Sim, houve, mas não é suficiente. Eu questiono, no lado dos Olhos de Água, que tipo de habitação acessível temos? Na guia, quando é que foi a última habitação acessível construída? Há vinte anos, talvez. Paderne, temos agora sim, por isso reforço houve, mas não é suficiente.” -----

Domingos Coelho: “Só para complementar a intervenção da nossa colega Silvia Dias, diria e apelando à memória do nosso deputado Carlos Quintino, que o PSD tem muitos telhados de vidro em relação à habitação, não é só o Governo de Lisboa, lembremos quando é que se fez a maioria da habitação social aqui em Albufeira. Começou junto ao Pau da Bandeira pelo PS, passou pela Quinta da Palmeira pelo PS, passou pela Habijovem pelo PS. E o que é que o PSD fez nestes anos todos? Somem lá os fogos e depois vejam se têm alguma razão para atirar pedras e se o vosso telhado também não é de vidro.” -----

Presidente da Câmara: “Há aqui várias questões que são transversais, queria apenas dizer que não comungo daquela frase que alguém um dia disse, “as dívidas não são para pagar, são para gerir”, não comungo dessa frase. Esperamos e com certeza, ou comigo ou sem mim, com certeza que o município de Albufeira vai cumprir as suas obrigações, que é pagar os empréstimos que forem ativados. Quando digo ativados, respondo já a uma questão, estes empréstimos são realmente destinados àquelas obras e a mais nada, que fique bem claro, não é para ser desviado para outras rubricas como alguém aqui quis



levantar essas suspeições, não é verdade. Se tiver dois milhões de euros relativamente a uma determinada obra, esses dois milhões são só para aquela obra e só é ativado no banco, desde que seja apresentado um auto de medição da própria obra. Portanto, o empréstimo se é ativo quando houver obra feita, não há hipóteses de haver empréstimo depositado logo nos cofres do município para gastar o dinheiro, seja onde for, sem que sejam feitas aquelas obras que estão consignadas no próprio empréstimo. Isso é impossível, mas é completamente impossível aqui e noutro lado qualquer, e aqui digo com certeza que não vai haver dinheiro gasto nos pavilhões sem estarem construídos, não vai haver, com certeza nada disso. Até pode acontecer que, com o andar dos tempos e com o andar da carruagem, como diz o povo, pode acontecer com o empréstimo não seja ativado nem metade, ou quase nada. E alguém falou aqui também na possibilidade de haver um pagamento antecipado. Eu faço lembrar aquilo que aconteceu em dois mil e doze, com o PAEL que contratualizámos vinte e cinco milhões de euros e posteriormente, na realidade, quando chegou ao fim do processo, foi só dezoito milhões que foram pagos antecipadamente. Depois lembro também, na altura do PAEL, no tempo daquela crise financeira que houve, também havia possibilidade de contrair empréstimos ao abrigo de uma figura jurídica, era o reequilíbrio financeiro. E na altura contratualizámos oito milhões de euros, salvo erro, até foi a dois ou três bancos, entretanto, foi aprovada em Câmara e em Assembleia Municipal, e foi mandato para visto do Tribunal de Contas. Eu próprio telefonei para o Tribunal de Contas, depois fiz um ofício a desistir desse empréstimo, portanto, isto é para dizer que aquela leviandade que alguém falou, isso comigo não serve, não está no meu dicionário, aliás, arranquei-lhe a folha já há muito tempo. Portanto, acho esses termos profundamente negativos, acho que não é crítica positiva, fora agora todas as outras coisas, evidentemente, que isto são opções políticas, cada pessoa tem a sua forma de pensar e a forma de ver as coisas. Fala-se muito aqui na habitação, na saúde e pouca gente falou ou quase ninguém falou na educação e eu falo também na educação. Há aqui três áreas que são fundamentais, mas há outras também, a habitação a custos acessíveis, a saúde e a educação são fundamentais. Não estão aqui muito contempladas, há apenas um milhão e meio de euros para casas nos Caligos, que pode até nem ser de rendas acessíveis, podem ser, se calhar, rendas um pouco mais caras, mas de qualquer das maneiras, tudo aquilo que está previsto e recorro que temos setenta habitações em fase de ultimar o projeto, nas Fontainhas, essas setenta habitações, vão ser construídas, independentemente de não estar aqui porquê? Porque



prevê-se e é por isso que não estão aqui, havia um outro financiamento de outra fonte, porque esta fonte é só o financiamento banco, mas há o financiamento capitais próprios, há o financiamento do PRR, poderá vir a haver o financiamento não necessariamente para estas ações, o financiamento do vinte trinta, que ainda há de vir, a habitação da setenta, que é chamado primeiro direito, está inserido na estratégia local de habitação e que vai ser financiado, caso vínhamos a tempo e esperamos que sim, que disse há pouco financiado pelo PRR. Se vai ser financiado por um bom modelo, não vou incluir agora aqui no empréstimo, a razão é essa. Entretanto, se houver alguma destas, por exemplo, a Unidade de Cuidados Continuados da Guia também está previsto ser candidatável ao PRR, está-se a preparar essa candidatura, se for candidato ao PRR, este empréstimo que está aqui relacionado com a Unidade de Cuidados Continuados, não é ativado, portanto, já não chega aos dezassete 17 milhões e seiscentos mil, já é menos dois milhões. Evidentemente que podia-se lá por habitação, saúde então se for financiado por outro lado, como é que se pode? Então não estávamos a pedir nenhum nem era rentável, não é aquilo que alguém disse, que isto é uma má gestão, não é uma má gestão, vá que seja uma gestão diferente daquilo que cada um pensa, é verdade. Agora recuso-me a pensar, e recuso-me a aceitar que isto seja uma má gestão, seria uma má gestão era estar a financiar no banco projetos da educação, Escola Secundária Escola, Escola das Ferreiras, Escola Francisco Cabrita vão ter a possibilidade de fazer candidatura ao PRR, por isso não está aqui, mas vai ser feita. Os projetos estão a ser elaborados, estão a ser executados. A questão da ampliação do Centro de Saúde, está a possibilidade de haver no PRR, está dinheiro cativo para esse campo, portanto, também vai ser feito, está a ser regularizada a questão do terreno e está a ser feito já o princípio do projeto, para poder haver candidatura. Evidentemente que não há financiamento do PRR para fazer a Rua do MFA, para fazer a Rua António Aleixo, para fazer a Avenida Sá Carneiro, para fazer o Largo Duarte Pacheco ou o Lar dos Pescadores ou a Avenida vinte e cinco de abril, para fazer a estrada de Vale Pedras, não há PRR para isso, por isso tem que haver outras fontes de financiamento. O deputado Carlos Quintino falou aqui na questão das taxas do IMI, nós somos dos concelhos que já há muitos anos tem taxa de IMI no fim de linha, tivemos no mais alto quando usámos o PAEL, que era obrigatório por lei, mas imediatamente quando foi antecipado o pagamento do PAEL, viemos mesmo para a base. Somos dos concelhos que, ao longo destes vários anos menos impostos paga, essa é que é a verdade, é uma questão de ver outros municípios, mas isso também era bom comparar para realmente



ter certeza que estão no concelho de Albufeira. Queria dizer aqui outra coisa, portanto, a questão da mesquinhez, da leviandade não são termos que são adequados, a má gestão, situação financeira má, recorde também e repito várias vezes se calhar, tivemos dois anos de pandemia, de outra crise, para além daquela financeira que aponte há bocado, em que a câmara gastou em apoios sociais, e não são só sociais, aqueles que conferem alimentação e medicamentos às pessoas mais carenciadas, mas são também apoios sociais, a questão dos computadores para as escolas, são apoios sociais a questão da isenção do pagamento das taxas fixas da água e do saneamento, isso são também apoios sociais. A questão de outras isenções que fizemos, nomeadamente as esplanadas, nomeadamente as rendas em espaços comerciais que são propriedade da Câmara, isso também são apoios sociais, isso a somar os tais milhões que não recebemos ao longo destes anos por via de termos as taxas mais baixas do IMI, por via de devolvermos o máximo possível de IRS a todos os residentes em Albufeira, que é preciso ver isso, pagamos menos cinco por cento que muitos municípios, é preciso ver, isso também conta, não temos a questão para as empresas, não temos a questão do direito de passagem, a taxa de passagem também é taxa zero, portanto, há aqui muita coisa e para além daqueles apoios todos sociais que demos durante aqueles dois anos, ronda sensivelmente os vinte e cinco milhões de euros, agora somem esses vinte e cinco milhões de euros, mais os treze milhões que podíamos ter caso tivéssemos mais acima, tínhamos mais quarenta milhões de euros à vontade, mas isso não foi a nossa opção, se calhar, se fossem outros podia ser. Como digo, habitação, saúde, já falei nisso tudo, vai ser tudo feito com outras fontes de financiamento. Como o deputado Raul Ferreira falou, realmente isto é uma abertura de crédito, o crédito é aprovado aqui, é visado no Tribunal de Contas, o banco escolhido para financiar, não vai logo depositar a correr o dinheiro na conta da câmara e depois a câmara gasta o dinheiro conforme lhe apetece. Isso aí podem ter a certeza que isso nunca pode acontecer, nem é legal tão pouco, portanto, não se vai cometer ilegalidades, com certeza. Evidentemente que as infraestruturas que há bocado falei aqui, na rua do MFA, é preciso notar que não é apenas a parte do espaço público, porque o espaço público quer se queira quer não também vende aos turistas. Nós não podemos esquecer que estamos num concelho profundamente turístico e nós temos espaço público com alguma degradação de algumas artérias e que precisam urgentemente também de ser verificado. Como alguém disse, a questão das festas também é um investimento, porque o turismo precisa de ser promovido. Albufeira também tem nome



assim e não apenas em tudo o resto, nós temos que ter aqui um grande chapéu e estarmos debaixo dele. As obras que foram feitas no anterior mandato e nos outros mandatos, nós quando chegámos à Câmara e está aqui o senhor vereador Desidério que foi na altura Presidente da Câmara, quando chegámos à Câmara não havia uma biblioteca, não havia piscinas, não havia pavilhões, não havia praticamente nada, isso foi tudo construído pelo PSD. Alguém falou nos últimos vinte anos do PSD, eu não sei onde é que está o problema dos vinte anos do PSD, mas felizmente ou não e acho que é felizmente, fizemos muita obra. No anterior mandato, pavimentamos variadíssimas artérias, ruas e estradas e nomeadamente nas Ferreiras. Nas Ferreiras, recordo-me, para além da remodelação e de ampliação do reservatório da Mosqueira, que faz imensa falta, independentemente daquela água, ser exclusivamente para a freguesia de Ferreiras ou não, não somos egoístas a esse ponto, evidentemente que ou somos solidários ou não, não podemos só olhar para as Ferreiras, ou só olhar para a Guia, ou só olhar para Albufeira e Olhos de Água, temos de olhar para Paderne, temos que olhar para o território, e tentar fazer o melhor possível em todos eles. A estrada que liga as Ferreiras a Tunes, também foi feita há pouco tempo, aí há três ou quatro anos. As juntas de freguesia nunca tiveram tanto dinheiro como têm agora, isto é verdade, é indesmentível, é um facto objetivo, não é preciso ser de palpite nem de opinião, é objetivo, é ir ver. E mais, têm uma delegação de competências, que colegas do vosso partido, já me perguntaram como é que foi feito a delegação de competências, como é que se chegou aqueles valores para as juntas, para verem o modelo que fizeram lá. Lembrem-se que houve variadíssimas reuniões entre a câmara, nomeadamente comigo, e com os presidentes de junta na altura, e estou convencido, que fizemos um dos melhores protocolos de delegação de competências. Evidentemente que terá com certeza, um problema ou outro, mas isso é natural que haja. A pergunta da Inês Mendonça, onde será gasto dinheiro, dinheiro é gasto naquelas obras, não há outra possibilidade, nem há outra alternativa, de maneira nenhuma. Se não forem feitos, o empréstimo não é ativado e os juros não são pagos, obviamente. O Adriano Ferrão falou que isto não é uma mercearia, é verdade, porque se fosse uma mercearia e eu fui, em tempos vendedor de mercearias e as pessoas só compravam indo à gaveta para ver se havia dinheiro compravam, se não, não compravam, assim é que era a gestão, essa mercearia certamente nunca chegou a supermercado, nem a hipermercado, nunca passou de uma cervejaria e ao lado uma taberna, que era o carro normal. A questão dos espetáculos são extremamente importantes para a promoção de Albufeira e a promoção



de Albufeira cada vez necessita mais de haver dinheiro também para promover de formas diferentes. Também se promove albufeira com a melhoria do espaço público, como alguém falou aqui, com arquitetos de nome até para fazer concurso de ideias, também acho muito bem. O concelho tem a necessidade de se mostrar para o exterior e tem que ter um espaço público bastante agradável. O que é certo é que há ruas e arruamentos que chegaram ao fim de linha e, neste momento caiu tudo ao mesmo tempo. No último mandato fizemos a pavimentação da estrada, como já disse que liga Ferreiras à freguesia Tunes, que liga a Guia à freguesia do Algoz, a que liga a Guia a Vale Parra, a estrada de Santa Eulália, a estrada da Mosqueira, Branqueira, a estrada que vai para a ponte Barão, a quinhentos e vinte e seis, da rotunda dos golfinhos até à Orada, a estrada que liga a Martinique aos Olhos de Água, a rua José Fontana, a rua Oliveira Martins, para além dos caminhos rurais que foram pavimentados em todas as freguesias." -----

André Lima: "Só três referências, primeiro agradecer, pelo menos neste ponto ouvi quatro vezes reforçarem o papel que a oposição teve na baixa e na manutenção das taxas de IMI, no mínimo, obrigado por reconhecerem esse trabalho que a posição fez e que impediu que as taxas subissem e que depois se manteve assim. Em segundo lugar, pelo que eu percebi no documento original, a parte das casas dos Calços nem sequer estava previsto. Isso foi em negociação em reunião de câmara com o vereador do PS que isso foi acrescentado, se não me engano. E terceiro, mais importante de tudo, eu ouvi agora o senhor professor dizer que noutras juntas de freguesias há colegas a perguntar como é que se faz? Copiar é feio, senhor Presidente." -----

Leonardo Paço: "Bem, eu sou dos que quer investimento em Albufeira, e como quero investimento em Albufeira, obviamente que irei votar a favor. Quero investimento em Albufeira, porque Albufeira precisa, obviamente de melhorar e não consegue melhorar sem haver investimento, por isso, acho que não faz sentido algumas coisas que foram aqui ditas, aliás, até penso que se tivessem sido ditas por outras pessoas, teria havido aqui quase que uma guerra civil, como já houve no passado recente. Mas o senhor Presidente da Assembleia tem dois pesos e duas medidas." -----

Inês Mendonça: "Esta pergunta é muito rápida, eu agradeço ao Senhor Presidente por ter respondido à minha questão, mas ficou, de facto, uma por responder que tem a ver, se os munícipes vão ser honrados com o pagamento deste empréstimo e dos juros que já agora eu faço aqui um reparo, não é de dez milhões, é de nove milhões e oitocentos, eu disse dez porque está mais próximo dos dez do que dos nove. Se vão ser onerados no



sentido em que o executivo está em condições de garantir que, para pagar esta dívida, não será necessário aumentar os impostos. Obrigada.”-----

Carla Madeira: “Boa noite a todos, eu achava que ia sair daqui hoje sem dizer nada, mas não consigo. Raras as vezes, que estou de acordo que o deputado Ferrão, mas hoje realmente estou de acordo com ele, sendo que a minha área é a área de investimentos, eu só posso dizer que realmente não há nenhum grande investidor ou até mesmo um pequeno investidor que não faça investimentos através da banca, é raro aquele que usa o capital próprio, hipoteca o seu futuro e, assim, levemente, como foi dito aqui. De forma que eu concordo que se faça e que se invista, porque nós precisamos muito de investimento, naturalmente na educação e na saúde, na habitação que é muito importante, mas Albufeira é um destino turístico e é necessário apostar em todas essas áreas, portanto, que se faça então o investimento. Obrigado.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: seis (06) Inês Mendonça, Inês Vieira, Luna Silva, Silvia Dias, Carla Vieira e André Lima. -----

Abstencões: cinco (05) Francisco Oliveira, Domingos Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Carla Vieira apresenta declaração de voto. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pelo MIPA, com o assunto “Porto de Pesca de Albufeira”; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Vieira: “Cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente, Albufeira em tempos viveu da pesca e aos dias de hoje ainda existe uma comunidade piscatória em Albufeira, essa comunidade piscatória tem várias famílias que vivem ainda



da pesca, que devem ser tratadas com dignidade. Aquele porto de pesca que existe ali, começou por um ano porto, mais tarde porto de abrigo, e atualmente é conhecido como o porto de pesca, mas sem condições. E acho que fica muito mal para Albufeira tratar uma das principais atividades que esta terra teve, que foi a pesca, se nos lembrarmos há cinquenta anos atrás, Albufeira vivia da pesca, tinha uma série de atividades ligadas à pesca, embora tivesse suas partes rurais, a pesca era a grande fatia que alimentava as famílias de Albufeira. É fundamental dar condições àquelas pessoas que vivem da pesca, para que possam fazer o seu trabalho com dignidade, com qualidade e além disso, para que possam de alguma forma viver da atividade da pesca. Parte de tudo isso, está a questão da segurança que é fundamental e esta moção tem a ver com o impedimento que a própria autarquia, até à limitação que tem, de poder efetuar qualquer tipo de obra, ou seja, o que for naquela área, até porque é uma área que devia ter sido com a transferência de competências, deveria ter passado para a autarquia, mas isso não aconteceu, nem se sabe quando é que irá acontecer e se acontecerá, e entre várias coisas, temos a questão da segurança que era muito importante. Além disso, temos ainda uma situação que nós não mencionamos na moção, mas que é difícil ser a câmara a responsabilizar-se por isso, que é o acesso pedonal, que é fundamental mais direto ao centro da vila de toda a parte do porto de abrigo e a própria Marina. É uma falha grave que existe, é uma necessidade que há, até por estudos já efetuados anteriormente, em várias situações, as marinas para serem eficazes e para funcionarem bem, devem ser ligadas ao centro da cidade e já existiram projetos que uns criticavam, porque era um passadiço passava por cima da água, que nunca chegou a ir para a frente. Agora era necessário fazer ali um estudo, é necessário criar acessos ao centro da cidade, acessos pedonais mais diretos e que unissem, quer o porto de abrigo, quer a Marina mais facilmente à cidade. Por tudo isto e pelos pescadores Albufeira, eu espero que esta Assembleia aprove esta moção e faça as démarches necessárias. Obrigado." -----

Presidente da Assembleia: "Quero só transmitir uma informação. Quando li a moção procurei inteirar-me da situação em que se encontrava o porto de pesca. Eu não sei, o Senhor Presidente, eventualmente poderá aqui também dar alguma achega e esclarecer se a minha intervenção não for suficiente, porém a informação que eu recebi da CCDR é que, neste momento, existe uma providência cautelar proposta por parte dos trabalhadores dos portos que estão a boicotar e a levantar alguma dificuldade para a transferência de competências relativamente a esta área. Isto está a acontecer por



todo o país e, portanto, todas aquelas áreas que serão transferíveis para os municípios, neste momento, estão paradas, estão bloqueadas devido a esta providência cautelar. Esta foi a informação transmitida e que, a partir do momento em que a situação fique resolvida, as transferências seriam efetuadas para os respetivos municípios. Eu não sei se é esta a ideia que o Senhor Presidente tem, mas se não for agradecia que esclarecesse." -----

Carlos Quintino: "Daquilo que eu entendi da moção do MIPA, aquilo que se pretende é alertar e instigar as entidades com competência nesta matéria, o Governo e todas as que dependem do Governo no sentido de alterar ali algumas questões no Porto de abrigo, conjugando isso com um acesso franco ao bar também por aquilo que me pareceu, e alteração dos molhes, que é um problema originário da altura da construção e cada vez vem mais prejudicando o acesso. A bancada do PSD/CDS vê com bons olhos esta moção. Acha que efetivamente esta matéria, é uma matéria que deve ser exposta às entidades governamentais, no sentido de que se tome uma atitude para melhorar aquela zona e sabe também que o Senhor Presidente da Câmara tem desenvolvido algumas démarches nesse sentido, mas que com a suspensão que agora o Presidente da Assembleia Municipal evocou, da transferência de competências a melhoria que daí poderia advir pode demorar mais tempo e, portanto, como disse, vemos com bons olhos esta moção no sentido de poder sensibilizar e acelerar, inclusive essa transferência de competências, marcando aqui uma posição forte em conjunto para com as entidades governamentais."-----

Presidente da Assembleia: "Infelizmente, não está dependente nem da Câmara nem do Governo, está dependente dos tribunais de pôr termo a esta situação. Falo por mim, porque estou de acordo com esta moção e apoiarei tudo o que for necessário para a apressar a solução, o que farei de bom grado." -----

Presidente da Câmara: "Há aqui duas ou três questões que realmente são preocupações, sempre foram, uma delas é precisamente a questão da transferência de competências, mas há paralelamente a esta competência que ainda não, digamos, realizada, já podíamos ter feito algumas obras nesse sentido, existe esse problema dos trabalhadores da Doca pesca que não deixam que isso vá em frente e não sabia que seria também nos outros sítios do país. A questão da ligação a Baleeira, os utentes da Baleeira, não têm espaço para passar, têm de passar por dentro da Marina e é sempre uma preocupação enorme, e é um conflito que se cria ali, porque não foi salvaguardado na altura, mas estamos em tempos, salvaguardar conjugado com os dois loteamentos para ser construídos. A



questão do passadiço, ligação de Albufeira à Marina, pois era um projeto que era para ser feito pela iniciativa privada e há um projeto nesse sentido, evidentemente que tem que passar pelo mar, em termos de estética, não fica lá grande espingarda, mas também em termos de segurança, portanto, vamos ver a evolução das coisas. A ligação do Porto de abrigo à Marina, portanto, está mais ou menos feita, mas isso consegue-se o arranjo por cima, talvez do paredão ou coisa parecida. Relativamente à questão dos molhos, os molhes toda a gente diz e agora toda a gente fala, a questão da orientação dos molhos faz com que, quando há ventos de levante a areia entra na própria Marina e vai assorear aquilo tudo. Nós somos um país, pensamos que já temos umas estruturas bem montadas, mas, na realidade, não temos. Só para dizer aqui um pequeno pormenor, que na realidade não tem nada a ver com isto, mas tem a ver com mar também, há dias questionado senhor da empresa que concessionária deste novo GIRO por causa dos autocarros elétricos, os dezoito autocarros já saíram da China há muito tempo, num barco grande, esse barco não conseguiu atracar em porto nenhum de Portugal, teve que ir atracar a Aya para depois vir então os autocarros, devem estar aí a chegar. Vêm de barco também, mas é um barco mais pequeno, pensamos que temos todas as estruturas e no fundo, na realidade ainda somos relativamente pequenos. Temos um aeroporto grande, que por sinal é dos maiores, se calhar, mas, por coincidência, está quase inativo. Isto parece uma contradição, mas é sim mesmo."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

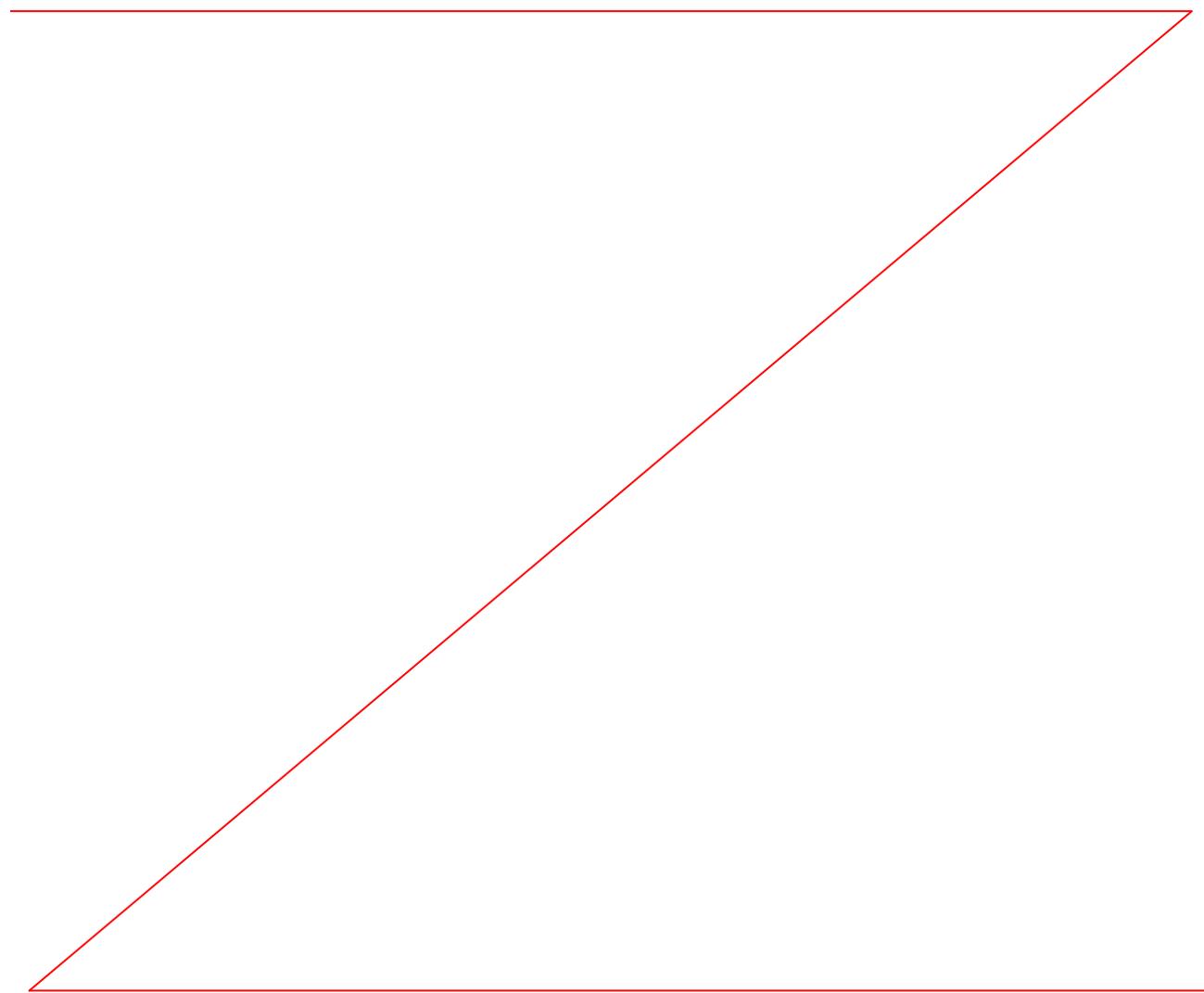
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 3 de Abril de 2023 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





DECLARAÇÃO DE VOTO – Ponto 11
03 de Abril de 2023

Da análise do documento que nos é apresentado, verificamos que afinal a situação financeira do Município é muito preocupante, ao contrário do afirmado, facto que temos vindo a dizer insistentemente que a situação financeira da autarquia não é saudável, e por mais que digam o contrário e trauteiem esses 50 Milhões no banco, eis que chegamos aqui: empréstimo de 17 Milhões mais 9 Milhões de juros em 20 anos.

Na sequência da nossa análise ao Orçamento, GOPS e Revisão, constatamos que a visão do agora é errada, os 50 Milhões não são para investimento mas sim despesa, essencialmente com pessoal e aquisição de bens e serviços, e que as taxas de execução em áreas como saúde, educação, habitação é muito reduzida, o que lamentamos.

É verdade que a inflação tornou tudo mais caro, facto que já tínhamos antecipado, mas há duas coisas que esta é a pior altura possível fazer: empréstimos e construção.

Mas, o mundo não pode parar, e há coisas que têm que ser feitas, não estamos contra o fazer, e tudo o que consta no empréstimo tem a sua legitimidade e necessidade.

Mas, parece-nos lógico que, neste contexto de aperto, se dê prioridade ao que é prioritário.

Sobre a Construção de Lar, Apoio Domiciliário e Centro de Dia - Fontainhas e a Criação de Unidade de Cuidados Continuados na Guia, nada a apontar, tirando o facto que há anos que são rubricas inscritas em sucessivos orçamentos, o que atesta bem a credibilidade do que é inserido nestes orçamentos.

Construção de Fogos de Habitação Social - Quinta do Barros — Caliços, nada a apontar também. A habitação tem que ser também uma prioridade.

E... a saúde?! Onde está aqui o novo ou ampliação do centro de saúde? Simplesmente não está.

O empréstimo que nos é proposto para aprovação, para além de ser de valor muito elevado, compromete e vincula por 20 anos as gerações futuras e "hipoteca" o futuro nos próximos anos.



DECLARAÇÃO DE VOTO – Ponto 11
03 de Abril de 2023

Não podemos compactuar com esta visão, pois nos próximos 5 mandatos, portanto, muito além do mandato que estamos a cumprir, sem garantia de que as obras serão efectivamente realizadas, por isso, votamos contra.

Relembramos as promessas constantes nos programas apresentados pelas diversas forças nas eleições autárquicas, em particular do que venceu as eleições por ter sido o mais votado, que apregoou aposta em investimentos nas mais diversas áreas e 100 medidas, que na verdade não passam de ilusões eleitorais, pois na realidade não são exequíveis, porque simplesmente não há recursos financeiros para tal.

Fala-se tanto de responsabilidade, pois meus senhores, responsabilidade, na perspectiva do Albufeira Prometida, consiste em assegurar que os nossos munícipes tenham orgulho nos serviços que lhes são prestados, que a gestão dos recursos disponíveis sejam canalizados para as necessidades básicas e os investimentos sejam realizados de forma racional e criteriosa.

Sugerimos e recomendamos que, as obras a realizar sejam revistas, se encontrem formas de a executar, sem recurso a empréstimo e, caso não seja possível que nos sejam propostos investimentos de valor e prazo inferior.

O Albufeira Prometida **vota contra** esta lista como um todo, embora concorde com a prioridade dos primeiros 3 mencionados, Construção de Lar, Apoio Domiciliário e Centro de Dia - Fontainhas e a Criação de Unidade de Cuidados Continuados na Guia, Construção de Fogos de Habitação Social - Quinta do Barros — Caliços e exige que seja incluído o novo centro de saúde neste empréstimo.

Albufeira, 03 de Abril de 2023

Rui Vieira